

## ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis meses	5\$600
Por tres meses	3\$000
Avulso por folha	2040
Anuncios, por linha	2060

A correspondencia official da capital de Lisboa, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondencia das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o DIARIO DE LISBOA.

Annunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

## ASSIGNATURAS

Por um anno	12\$000
Por seis meses	6\$600
Por tres meses	3\$600
Comunicados e correspondencias, por linha	2060

A correspondencia das provincias, assim a official como a particular, ou seja para realizar assignaturas da folha, ou para a publicação de editaes, annuncios ou communicados, deve vir acompanhada da importância das assignaturas ou do preço das publicações pedidas, sem o que não se lhe dará destino. Os annuncios serão dirigidos á loja da venda do DIARIO DE LISBOA, rua Augusta n.º 224 e 226.

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

INSTRUÇÃO SECUNDARIA

Doutor Joaquim Freire de Macedo, agraciado com o augmento do terço do ordenado, em conformidade com a carta de lei de 17 de agosto de 1853.

INSTRUÇÃO PRIMARIA

Professores vitalicios

Justino José Fernandes, para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) da freguezia de Cativello, concelho de Gouveia, districto da Guarda.

Hermenegildo Thadeu de Almeida, para a da villa de Ourique, districto de Beja.

José Joaquim Ferreira da Costa, para a da freguezia de Anelhe, concelho de Chaves, districto de Villa Real.

Manuel Pereira da Cruz, para a de S. Mamede de Riba Tua, concelho de Alijó, districto de Villa Real.

Antonio de Barros Magalhães e Figueiredo, para a de S. Gião, concelho de Coia, districto da Guarda.

Professores temporarios

Manuel Constantino Theophilo Augusto Ferreira, para a cadeira de instrução primaria (1.º grau) da villa da Ribeira Grande, districto de Ponta Delgada.

José Pinto Camillo, para a de Penella da Beira, concelho de Penedono, districto de Vizeu.

Manuel Nunes da Costa Junior, para a da villa de Soure, districto de Coimbra.

Joaquim de Sousa Rodrigues, para a de Pataia, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Francisco José Nogueira, para a de Sagres, concelho em Budens, concelho de Lagos, districto de Faro.

Manuel Gonçalves Batalha, para a de Villa Nova da Barquinha, districto de Santarém.

Pedro José Joaquim Tavares, para a de Silva Escuro, concelho de Sever do Vouga, districto de Aveiro.

Victorino Joaquim Alves Mourão, para a das Vendas, concelho e districto de Villa Real.

Vicente Ferreira Homem de Magalhães, para a da freguezia de Coz, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Manuel de Sousa Cypriano, para a do Carvalhal, concelho de Obidos, districto de Leiria.

D. Joanna Soares de Barcellos, para a cadeira de ensino primario do sexo feminino da Villa das Vellas, concelho do mesmo nome, districto de Angra do Heroismo.

Aposentação

Francisco Luiz Correia, professor da 4.ª cadeira do lyceu nacional do Porto, aposentado, em conformidade com o artigo 3.º da carta de lei de 17 de agosto de 1853.

3.ª Repartição

Por decretos de 9 de maio foram creadas tres cadeiras de ensino primario: uma para o sexo feminino na villa e concelho de Reguengos, districto de Evora; e duas para o sexo masculino, uma no lugar e freguezia de Azoia, concelho e districto de Leiria, e outra na freguezia de S. Martinho da Gandara, concelho de Oliveira do Azemeis, districto de Aveiro; e todas com a clausula de não serem postas a concurso e providas, sem que os respectivos governadores civis favessem previamente verificar se a casa, mobilia e utensilios offerecidos pela junta de parochia para a escola de Azoia, e a casa e alfama ministradas pela camara municipal para a de Reguengos, satisfazem cabalmente ao fim para que são destinados.

Por decreto de 23 de maio, foi transferida a cadeira de instrução primaria da freguezia de Santa Maria de Oliveira para a freguezia de S. Matheus de Oliveira.

Pela direcção geral de instrução publica no ministerio do reino se hão de prover, precedendo concurso de sessenta dias, que principiará em 31 do corrente mez, perante o commissario dos estudos do districto de Lisboa, as cadeiras de instrução primaria (1.º grau) da aldeia de Paio Pires, Manique do Intendente, Santa Anna da Carnota, Santo Estevão das Galés, Santa Suzana do Machial, villa de Coia e Villa Verde dos Francos: cada uma com o ordenado annual de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pelas camaras municipais respectivas; tendo, alem d'isso, a de Santo Estevão das Galés 6\$000 réis pela junta de parochia, e 12\$000 réis, casa e mobilia pela camara municipal respectiva.

Os que pretenderem ser providos nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de 21 annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parochio, pela camara municipal, e pelo administrador do concelho ou concelhos, onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidões de folha corrida e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de julho de 1855; e documento por onde provevem que não padecem molestia contagiosa; todo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes será assignado dia e hora para os exames na forma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 25 de maio de 1860.—O conselheiro director geral, José Maria de Abreu.

## MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSÕES

NA POSSA E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS

DE 20 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,

DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857,

COM APLICACAO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os foros constantes da seguinte lista, para se proceder

á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsáveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nota praça, a que os foros serão levados, bem como prohibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1837, e mais disposições posteriores.

## Lista 4734

ARREMATACAO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRITO ABAIXO DECLARADO NO DIA 28 DE AGOSTO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional

DISTRITO DE PONTA DELGADA

CONCELHO DA RIBEIRA GRANDE

Inventario n.º 485

27178 Fôro de 600 réis, imposto em uma casa

terrea telhada, sita na rua de S. Sebastião: con-

fronta do norte com Jacinta Julia de Gouveia, e

do sul com Domingos Carvalho. Emphyteuta Francisco Antonio Nunes—12\$000.

27179 Fôro de 450 réis, imposto em uma casa

telhada com seu quintal, sita na rua das Freiras:

confronta do norte com herdeiros de Ignacio José

de Mello, e do sul com Aniceto da Silva. Emphy-

teuta Euphrazia Rosa—9\$000.

27180 Fôro de 400 réis, imposto em uma casa

telhada, sita na rua das Freiras: confronta do norte

com herdeiros de Francisco da Cunha, e do sul

com Manuel Raposo. Emphyteuta Maria de Jesus,

viuva de Antonio José da Costa—8\$000.

27181 Fôro de 400 réis, imposto em uma casa

alta, com seu quintal, sita na Ribeira Secca, na

Canada Nova: confronta do norte com Canada Nova,

e do sul com Francisco Antonio. Emphyteuta

Antonio do Amaral Borges—8\$000.

27182 Fôro de 1\$235 réis, imposto em quatro

alqueires de vinha, sita na Conceição das Vinhas:

confronta do norte com herdeiros de Francisco An-

tonio, e do sul com Manuel da Silva Ambar. Em-

phyteuta João Jacinto de Gouveia—24\$700.

27183 Fôro de 1\$250 réis, imposto em uma

casa terrea telhada, sita na Canada de Estevão

Martins: confronta do norte com rua publica, e do

sul com o morgado João Pacheco. Emphyteuta José

Pereira—25\$000.

27184 Fôro de 1\$250 réis, imposto em uma

casa terrea telhada, sita na travessa da Rua de

João da Horta: confronta do norte com Angelica

Bulhões, e do sul com rua publica. Emphyteuta

Manuel de Oliveira—25\$000.

27185 Fôro de 1\$500 réis, imposto em uma

casa terrea telhada, sita na Conceição Velha:

confronta do norte com João Machado, e do sul com

rua publica. Emphyteuta Jacinto Correia—30\$000.

27186 Fôro de 500 réis, imposto em quatro

alqueires e quatro varas de vinha, sita no Pico do

Alho: confronta do norte com herdeiros do capitão

Francisco Manuel, do sul com terra conde de

Soure. Emphyteuta Antonio Gonçalves de Oliveira

—10\$000.

27187 Fôro de 1\$000 réis, imposto em cinco

alqueires de vinha, sita na Canada da Meca: con-

fronta do norte com a menor Thezeza de Jesus, do

sul com José do Canto. Emphyteutas Jacinto de

Faria, e outros—20\$000.

27188 Fôro de 1\$000 réis, imposto em cinco

alqueires de vinha, sita na Canada da Meca: confronta

do norte com herdeiros de José de Sousa Freitas,

do sul com Jacinto de Faria. Emphyteuta Thezeza

de Jesus, viuva de Jeronymo da Costa Pires—

20\$000.

Inventario n.º 486-A

27189 Fôro de cinco alqueires e tres oitavas de

trigo, imposto em nove casas baixas, algumas com

quintal, sitas na Canada do Jogo da Ribeirinha.

Emphyteuta Bernardo Pacheco—73\$785.

Inventario n.º 484

27190 Fôro de quatorze alqueires de trigo, im-

posto em tres alqueires menos vinte e cinco varas

de terra, sita na Lomba da Maia. Emphyteuta Ma-

ria Antonia—192\$175.

Inventario n.º 456

27191 Fôro de oito alqueires e cinco oitavas de

trigo, imposto em um alqueire e noventa e uma va-

ras de terra, sita em Rabo de Peixe. Emphyteuta

José Jacinto Furtado—118\$395.

27192 Fôro de quarenta e seis alqueires e duas oita-

vas de trigo e mais meia maquia, imposto em dezotto

alqueires e noventa e uma varas e meia de terra,

dividida em varias porções, sita em Rabo de Peixe.

Emphyteuta o padre Thomás de Sousa Estrella—

635\$290.

27193 Fôro de seis alqueires e uma maquia de

trigo, imposto em um alqueire e trinta e seis varas de

terra, em que se acham edificadas nove casas, na

rua Nova, em Rabo de Peixe. Emphyteuta Manuel

de Sousa Azevedo—83\$220.

Somma R.º . . . 1:294\$565

Declara-se que o laudemio é de quarentena con-

forme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos pro-

prios nacionaes, 18 de maio de 1860.—Antonio

Joaquim da Silva.

## Lista 4735

ARREMATACAO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRITO ABAIXO DECLARADO NO DIA 29 DE AGOSTO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional

DISTRITO DE PONTA DELGADA

CONCELHO DE PONTA DELGADA

Inventario n.º 486-A

27194 Fôro de 700 réis, imposto em sete alquei-

res de vinha, sita á Rocha das Natas, no lugar da

Relva: confronta do norte com rocha, e do sul com

grotilhão do Saramagal. Emphyteuta Luiz Jacinto

Barbosa—14\$000.

27195 Fôro de dezesseis alqueires de trigo, e uma gallinha, imposto em trinta e um alqueires e tres quartos de vinha, sita á Rocha das Natas, no lugar da Relva. Emphyteuta Antonio José de Almeida—223\$630.

27196 Fôro de dez alqueires e duas oitavas de trigo, imposto em vinte alqueires e meio de vinha, sita á Rocha das Natas, no lugar da Relva. Emphyteuta Caetano Ferreira da Silva—140\$700.

27197 Fôro de dois alqueires e meio de trigo, imposto em alqueire e meio de terra, sita na Saramago: confronta do norte com herdeiros de D. Maria Augusta da Silveira, sul com herdeiros de Manuel Martins Furtado. Emphyteuta Luiz Jacinto Barbosa—34\$320.

27198 Fôro de dezoito alqueires e meio de trigo, imposto em trinta e quatro alqueires e meio de terra e pasto, sita no lugar da Relva, dividida em duas porções, a saber: uma de sete alqueires e meio de terra, sita a Saramago; outra de vinte e sete alqueires de pasto, sita aos Loureiros. Emphyteutas os herdeiros de Manuel Martins Furtado—267\$670.

27199 Fôro de tres alqueires de trigo, e uma gallinha, imposto em treze alqueires de terra e baldios, sitos na Varzea, e dividida em tres porções, a saber: uma de nove alqueires, outra de tres alqueires, e outra de um alqueire de ladeira. Emphyteutas Antonio Marcelino Lima Meirelles, e José Pereira Meirelles—45\$180.

N. B. Tem mais a obrigação de pagar á confraria do Rosario da matriz de S. Sebastião de Ponta Delgada, senhoria directa d'este foral, um moio de trigo.

Relação n.º 61, com referencia ao districto de Faro, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue á interessada, em conformidade das respectivas instruções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO	REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO	OBSERVAÇÃO
DOS QUE TÊM CONSIDERACAO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERACAO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DA AGRACIADA
11:876	-	Pensões	38	Catharina Rosa

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 23 de maio de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

NUMERO DO TITULO	REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO	OBSERVAÇÃO
DOS QUE TÊM CONSIDERACAO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERACAO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DA AGRACIADA
11:877	-	Pensões	38	Anna Delfina do Nascimento Paes

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 25 de maio de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

Relação n.º 28, com referencia ao districto de Castello Branco, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue á interessada, em conformidade das respectivas instruções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO	REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO	OBSERVAÇÃO
DOS QUE TÊM CONSIDERACAO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERACAO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DA AGRACIADA
11:877	-	Pensões	38	Anna Delfina do Nascimento Paes

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 25 de maio de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

## MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DAS OBRAS PUBLICAS E MINAS

Repartição de minas—2.ª Secção

Tendo requerido José Rodrigues Tocha, que, nos termos do decreto com força de lei de 31 de dezembro de 1852 e respectivo regulamento de 9 de dezembro de 1853, se lhe passasse certidão dos direitos de descoberta da mina de manganez, sita em Almagreira, concelho de Villa Vicosia, districto de Evora;

Vistos os documentos por onde se prova que o requerente satisfaz a todos os quesitos do artigo 12.º do citado decreto;

Visto o relatório do inspector das minas do quarto districto do reino, João Ferreira Braga, que, por ordem do governo, examinou a posição do jazigo, e verificou a existencia do deposito, como determina o artigo 13.º do mesmo decreto;

Vista a consulta a este respeito havida do conselho de minas, na qual o mesmo conselho considera o requerente legalmente habilitado na qualidade de descobridor da mina de que se tracta:

Ha por bem Sua Magestade El-Rei, conformando-se com a mencionada consulta do conselho de minas, declarar:

1.º Que o supplicante é reconhecido como proprietario legal da descoberta da mina de manganez, sita em Almagreira, concelho de Villa Vicosia, districto de Evora, cuja posição se acha topographicamente designada na planta que, por copia, acompanha a presente portaria;

2.º Que os limites da demarcação provisoria da referida mina, designada na planta junta com traços de cor vermelha, abrangem um quadrilatero, terminado pelos quatro seguintes pontos: Igreja dos Pardais, Quinta do Aca, Monte da Lagoa, e Outeiro da Linda, comprehendendo uma área de 1.800:000 metros quadrados;

3.º Que, nos termos do artigo 14.º do citado decreto, são concedidos ao supplicante seis mezes, contados da publicação d'este titulo no *Diario de Lisboa*, para organizar uma companhia, ou mostrar que tem os fundos necessarios para a lavra, na intelligencia de que não se habilitando n'estes termos, dentro d'aquelle prazo improrrogavel, será a concessão d'esta mina posta a concurso na conformidade da lei;

4.º Que pelo presente diploma são conferidos ao supplicante para todos os effeitos legais, segundo as disposições do predito artigo 13.º, os direitos que lhe competem como descobridor da mencionada mina.

O que tudo se comunica ao supplicante para seu conhecimento e mais effeitos, ficando obrigado a apresentar n'este ministerio certidão de haver feito registrar na respectiva camara municipal a presente portaria na sua integra, sem o que não terá inteira validade.

Paço, em 16 de maio de 1860.—Antonio de Serpa Pimentel.

Para José Rodrigues Tocha.

## DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa do movimento dos cereaes, e seus preços, em maio de 1860, nos dias abaixo designados

		TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA		
		Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	
Dia 16	(Entrada	nacionais	14	30	-	-	45	3	-	-	21	16
		estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	(Saída	nacionais	12	-	3	-	43	-	-	-	17	16
Existencia		estrangeiros	246	16	-	-	26	-	-	-	6	17
			17:131	58	568	19	955	11	566	24	308	21
Dia 18	(Entrada	nacionais	177	45	2	-	11	-	-	-	5	-
		estrangeiros	345	39	-	-	-	-	-	-	-	-
	(Saída	nacionais	51	29	2	-	9	-	-	-	35	-
Existencia		estrangeiros	203	4	-	-	-	-	-	-	-	-
			17:428	49	568	19	994	3	566	24	278	21
Preços		620 a 760		380 a 410		400 a 500						
Dia 19	(Entrada	nacionais	30	48	-	-	28	-	3	12	12	-
		estrangeiros	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
	(Saída	nacionais	21	48	4	41	35	-	-	-	-	-
Existencia		estrangeiros	191	-	-	-	26	-	-	-	-	-
			17:246	45	563	37	924	11	568	36	290	21
Dia 21	(Entrada	nacionais	41	3	-	-	-	-	-	-	-	-
		estrangeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	(Saída	nacionais	8	-	-	-	13	4	-	-	-	-
Existencia		estrangeiros	110	-	-	-	-	-	-	-	6	-
			17:169	18	563	37	911	7	568	36	260	17
Preços		620 a 760		380 a 420		440 a 500						



Boletim dos preços correntes de fundos publicos, titulos de divida publica sem juro, accões de bancos e de companhias, e do curso dos cambios, na semana finda em 26 de maio de 1860

PAPEIS DE CREDITO PUBLICO				ACÇÕES DE BANCOS E DE COMPANHIAS									
Fundos publicos				DESIGNAÇÃO DAS ACÇÕES				NUMERO DAS QUE PREEZEM A TOTALIDADE DO CAPITAL	VALOR NOMINAL DE CADA TMA ACÇÃO	QUANTAS ACÇÕES ESTÃO À EMITTIDAS	DESEMBOLSO	PREÇOS COTADOS	ULTIMO DIVIDENDO PAGO
Inscrições de assentamento de 3 por cento (juro pago até fim do 1.º semestre de 1860) .....	45	45½		BANCOS	de Portugal (títulos de cinco acções) .....	16.000	500.000	todas	500.000	547.000	550.000	2.º semestre de 1859	
Inscrições com coupons (idem idem) .....	44	44½			comercial do Porto .....	10.000	200.000	6.887	200.000	256.000	257.000	Idem	
Certificados de divida differida .....	82¾	83¾			mercantil portuense .....	7.500	200.000	todas	200.000	250.000	251.000	Idem	
					das lezírias do Tejo e Sado .....	4.000	500.000	*	500.000	465.000	470.000	Anno de 1859	
					de seguros bonança .....	7.840	200.000	*	125.000	40.000	41.000	Idem	
Titulos de divida publica sem juro				COMPANHIAS	de seguros fidelidade .....	1.844	1.000.000	*	50.000	310.000	316.000	Idem	
Titulos de divida publica (antigos) .....	1½	2			de seguros segurança do Porto .....	1.000	1.000.000	*	50.000	150.000	152.000	Até 30 de junho de 1859	
Ditos azues .....	12½	21½			de seguros garantia .....	1.400	1.000.000	*	60.000	120.000	120.000	Até 30 de junho de 1858	
Ditos das tres operações .....	27	29			de seguros equidade .....	2.000	500.000	*	25.000	25.000	30.000	Até 30 de junho de 1857	
Papel-moeda .....					de fiação e tecidos lisboense .....	10.000	100.000	5.000	100.000	85.000	90.000	Anno de 1859	
					de fiação e tecidos de Torres Novas .....	4.000	100.000	1.998	50.000	68.000	70.000	Anno de 1858	
					de lanifícios do Campo Grande .....	2.400	50.000	1.389	50.000	26.000	28.000	Anno de 1856	
					de algodões de Xabregas .....	750	200.000	todas	200.000	200.000	203.000	Anno de 1859	
					lisboense de iluminação a gaz .....	16.000	50.000	16.000	50.000	49.500	50.000	2.º semestre de 1859	
					portuense de iluminação a gaz .....	8.000	50.000	todas	50.000	38.000	40.000	2.º semestre de 1857	
				idem idem beneficiarias .....	4.000	50.000	*	—	3.000	—	—		
				combiensense de iluminação a gaz .....	4.000	25.000	*	25.000	25.000	—	2.º semestre de 1859		
				dos canaes de Azambuja .....	1.600	150.000	*	150.000	48.000	50.000	2.º semestre de 1853		
				unifio mercantil .....	5.000	90.000	3.000	90.000	90.000	—	—		
				lusitania de navegação a vapor .....	180	550.000	todas	550.000	600.000	605.000	2.º semestre de 1859		
				dos vapores do Tejo .....	3.400	50.000	2.020	50.000	10.000	11.000	Anno de 1855		
				de carruagens omnibus .....	600	100.000	400	100.000	100.000	102.000	Anno de 1859		
				de carruagens lisboenses .....	5.000	10.000	todas	10.000	7.500	8.000	2.º semestre de 1858		
				de papel de Alenquer .....	60	1.000.000	40	1.000.000	1.000.000	—	—		
				de manutenção civil .....	1.600	100.000	todas	100.000	100.000	—	—		
				perseverança .....	800	200.000	709	200.000	—	—	2.º semestre de 1859		
				de messagerias e malas-postas portuguezas ..	1.600	50.000	1.044	10.000	—	—	—		

Casa das sessões da camara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 26 de maio de 1860.—O syndico, Miguel Mac Bride.  
Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 26 de maio de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

Boletim dos premios de seguros maritimos effectuados, na semana finda em 26 de maio de 1860

PORTOS D'ONDE E PARA ONDE SE CONVENCIANARAM OS SEGUROS				PREMIOS	
PROCEDENCIAS	DESTINOS	EM NAVIOS DE VELA	EM BARCOS A VAPORE		
Lisboa	Bahia	1 por cento	—		
	Maranhão	1 1/4 " "	—		
	Pará	1 1/2 " "	—		
	Pernambuco	1 " "	—		
	Porto	1 " "	1/2 por cento		
	Rio de Janeiro	1 " "	—		
	Villa da Praia	1 " "	—		
	Ilha de S. Miguel	1 " "	1/2 por cento		

Casa das sessões da camara dos corretores da praça commercial de Lisboa, em 26 de maio de 1860.  
—O syndico, Miguel Mac Bride.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 26 de maio de 1860.—João Palha de Faria Lacerda.

#### SECRETARIA DA CAMARA DOS DIGNOS PARES DO REINO

A immediata sessão deverá ter logar quarta-feira 30 do corrente, sendo a ordem do dia apresentação de pareceres de comissões.  
Secretaria da camara dos dignos pares do reino, em 26 de maio de 1860.—Diogo Augusto de Castro Constancio.

#### SECÇÃO DO CONTENTIOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercicio na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretario geral do conselho d'estado administrativo, etc.  
Certifico que o ex.<sup>mo</sup> conselheiro João de Sousa

Pinto de Magalhães, servindo de presidente da secção do contentioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiencia publica de hoje, na conformidade do disposto no artigo 86.º do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 14 do corrente mez de maio do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contentioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca dos recursos de recrutamento d'este anno, abaixo relacionados:

Hei por bem dar provimento nos ditos recursos, para que os recrutados fiquem isentos do serviço do exercito, por lhes aproveitar a disposição do n.º 2.º do artigo 8.º da lei de 27 de julho de 1855.

Recurso n.º 87—recorrentes, José Ranto, da freguezia de São Martinho, e José de Mattos, filho de outro, da freguezia de Aldeia de Carvalho, ambos do concelho da Covilhã, districto de Castello Branco.

Recurso n.º 191—recorrente, Maria Ricarda, por seu filho João, da freguezia de Nossa Senhora do Rosario, concelho da Villa da Lagoa, districto de Ponta Delgada.

Recurso n.º 195—recorrente, João da Ponte, filho de Ignacio dos Santos, da freguezia de Nossa Senhora dos Anjos, concelho da Villa da Lagoa, districto de Ponta Delgada.

Recurso n.º 219—recorrente, Valentim, filho de

Isabel Pinto, viuva de Joaquim Duarte, da freguezia de Mões, concelho de Castro Daire, districto de Vizeu.

Recurso n.º 236—recorrente, Bernardo Marques João, por seu filho Joaquim, da freguezia de Senhorim, concelho de Nellas, districto de Vizeu.

Recurso n.º 243—recorrente, Antonia Figueira, por seu filho José, do logar do Vimieiro, concelho de Santa Combaão, districto de Vizeu.

Recurso n.º 244—recorrente, Manuel Rodrigues, filho de outro, da freguezia de Pepim, concelho de Castro Daire, districto de Vizeu.

Recurso n.º 249—recorrente, Custodia de Almeida, por seu sobrinho Custodio de Almeida, da freguezia e concelho de S. Pedro do Sul, districto de Vizeu.

Recurso n.º 260—recorrente, José Bento da Costa, da freguezia da Victoria, terceiro bairro, districto do Porto.

Recurso n.º 272—recorrente, José da Fonseca, por seu filho José, da freguezia do Pinheiro, concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 275—recorrente, Antonio Joaquim, por seu filho Joaquim, da freguezia da Povoia, concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 276—recorrente, Rosa Maria, por seu filho Florencio, da freguezia do Rabaçal, concelho de Penella, districto de Coimbra.

Recurso n.º 279—recorrente, José Marques Cor-

reia, por seu filho Antonio, da freguezia do Pinheiro, concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 283—recorrente, Anna Lopes Borges, por seu filho Joaquim, da freguezia do Pinheiro, concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 287—recorrente, José, filho de José Gouveia, da freguezia de Mouronho, concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 288—recorrente, Domingos, filho de José Francisco, da freguezia de Mouronho, concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 292—recorrente, José Coelho Serra, por seu filho João, da freguezia de Azores, concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 295—recorrente, Jacinta Marques, por seu filho José, da freguezia de Mouronho, concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 299—recorrente, Francisco, filho de Clara Rita, da freguezia de Midões, concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 304—recorrente, Manuel, filho de João Nunes de Brito, da freguezia de Carapinha, concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 308—recorrente, Antonio, filho de Francisco Ramos, da freguezia de Midões, concelho de Tabua, districto de Coimbra.

Recurso n.º 323—recorrente, Francisco Antonio, por seu filho Antonio, da freguezia de S. Pedro, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.º 351—recorrentes, José Marques e sua mulher Maria Engracia, por seu filho Antonio, da freguezia de Santo André da Cella, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.º 355—recorrente, Anna Maria, por seu filho Manuel, da freguezia de Santo André da Cella, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.º 363—recorrente, Antonio da Silva, filho de José da Silva Paschoa, da freguezia de São Miguel do Juncal, concelho de Porto de Moz, districto de Leiria.

Recurso n.º 364—recorrente, Antonio Ferreira, filho de Anna Maria, da freguezia de São Pedro, concelho de Porto de Moz, districto de Leiria.

Recurso n.º 367—recorrente, Joaquim de Castro Codinha, da freguezia da Pedreira, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.º 370—recorrente, José Rodrigues, por seu filho Manuel, da freguezia do Vimieiro, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.º 375—recorrente, José Gomes, por seu filho Antonio, da freguezia de Evora, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.º 379—recorrentes, José Ferreira e sua mulher, por seu filho Joaquim, da freguezia de Oliveira, concelho de Meação Frio, districto de Villa Real.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 14 de maio de 1860.—REL.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme.—Antonio de Robredo.

Para constar e para os fins designados no artigo 40.º da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente que conferi com o chefe da respectiva repartição.

Secretaria do conselho d'estado, em 23 de maio de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral. Conferida.—O chefe da repartição do contentioso, João Antonio Ferreira de Passos.

Mapa do rendimento cobrado pelas transmissões telegraphicas nacionaes e internacionaes, e designação das taxas correspondentes aos despachos officiaes de serviço interno do estado, nas estações abaixo especificadas, desde 16 até 31 de dezembro de 1859

ESTAÇÕES	DIAS																PARTH INTERNACIONAL DOS DESPACHOS		DESPACHOS OFFICIAES QUE NÃO PAGAM TAXAS	SOMMA	RENDIMENTO DA 1.ª QUINZENA	SOMMA TOTAL DO MEZ	
																	Transmittidos	Recebidos					
	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31							
Principal em Lisboa.....	23.860	14.555	9.940	21.025	16.086	19.945	17.720	16.310	29.970	2.085	17.250	7.540	18.545	24.670	16.245	18.100	220.512	145.490	188.660	822.227	956.788	1.779.010	
Cortes.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Necessidades.....	—	—	3.900	—	—	—	—	—	3.930	—	—	—	—	—	—	—	3.829	—	—	—	4.519	1.747	6.266
Cintra.....	3.810	—	3.540	3.540	—	—	3.270	3.855	—	—	—	3.460	—	—	3.595	3.600	—	—	—	—	4.3170	6.945	11.5115
Mafra.....	3.960	3.545	3.965	—	3.945	1.070	—	—	—	—	3.320	3.320	—	—	3.320	3.320	—	—	3.900	9.665	9.6405	19.070	
Belem.....	3.990	3.220	3.990	1.180	—	—	1.090	1.760	3.220	—	—	—	—	1.090	3.220	—	—	—	—	6.520	13.980	6.175	20.155
S. Julião da Barra.....	—	—	—	—	—	—	3.240	—	—	—	3.240	—	—	—	—	—	—	—	—	1.620	2.5100	3.075	3.075
Vendas Novas.....	3.430	3.755	3.310	—	3.405	3.520	3.430	—	—	—	—	1.140	—	3.465	1.130	—	—	—	—	—	5.585	4.425	10.010
Monte-mór o Novo.....	3.480	—	—	—	—	—	3.540	—	—	—	3.715	—	—	3.530	3.480	—	—	—	—	7.135	9.880	6.245	16.125
Evora.....	—	—	—	—	1.690	3.595	3.540	1.345	1.045	1.760	1.525	1.480	—	3.410	1.800	2.650	3.410	3.768	10.820	27.438	27.742	55.180	
Estremoz.....	3.760	2.330	—	3.350	3.800	1.220	3.735	—	3.900	3.610	3.610	3.440	—	3.590	2.335	1.680	—	—	—	9.945	22.785	10.355	33.140
Elvas.....	—	3.495	—	—	3.690	1.160	3.690	3.290	1.270	—	—	3.690	3.760	—	3.690	—	3.273	3.640	13.450	21.098	15.923	37.021	
Santarem.....	1.495	—	—	3.650	3.900	3.360	3.360	—	1.240	—	1.440	—	—	1.070	1.800	—	3.990	—	—	6.585	16.890	16.895	33.785
Villa Franca.....	—	—	3.270	3.270	—	—	—	—	3.270	—	—	—	—	—	3.270	—	—	—	—	3.320	1.400	2.385	3.785
Caldas.....	3.390	1.370	3.390	3.450	3.980	1.050	—	3.390	—	—	3.430	—	3.310	3.780	—	3.435	—	—	—	3.745	11.320	4.680	15.950
Leiria.....	—	3.620	—	1.080	—	3.350	—	1.330	—	—	—	3.660	—	—	—	—	—	—	—	3.645	7.685	10.665	18.350
Coimbra.....	4.605	2.250	1.150	5.280	2.310	3.050	4.590	1.780	2.995	3.620	1.225	5.135	3.320	2.805	1.490	3.380	—	—	—	30.640	76.635	68.865	145.500
Aveiro.....	3.540	—	3.975	—	2.310	1.070	1.080	3.825	2.350	—	3.320	4.035	5.695	1.260	4.370	—	—	—	—	33.120	58.190	130.458	188.648
Oliveira de Azemeis.....	—	1.175	3.395	3.280	—	—	—	3.780	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2.630	2.310	4.940
Porto.....	6.630	10.870	6.915	6.615	10.880	6.925	5.905	14.305	11.095	—	3.790	10.895	2.540	13.370	4.740	2.550	16.820	12.924	170.805	318.574	267.896	586.470	
Braga.....	1.020	1.440	1.280	1.045	1.710	3.600	1.375	3.950	—	—	3.600	2.380	—	—	3.330	1.250	—	—	—	28.980	42.960	39.375	82.335
Vianna do Castello.....	2.530	4.5745	3.415	2.635	2.690	3.920	1.650	5.085	4.5525	—	3.520	3.920	—	—	2.610	1.340	—	3.256	13.415	47.256	40.172	87.428	
Caminha.....	—	3.250	1.850	1.895	3.250	1.740	3.550	1.590	—	3.925	—	3.440	3.250	3.440	—	2.300	3.819	—	—	13.239	17.258	30.497	
Valença.....	—	—	—	3.900	1.3420	2.870	1.185	—	3.490	—	—	—	3.540	3.640	—	—	—	—	3.384	11.595	19.5724	8.569	28.293
Beja.....	—	—	2.010	3.670	—	—	3.875	1.675	1.000	—	3.805	—	—	3.670	—	—	—	—	—	16.845	24.550	11.590	36.140
Villa Real de Santo Antonio.....	3.275	1.3025	1.490	—	1.385	—	3.890	3.375	1.440	2.260	3.985	3.990	5.515	3.930	—	3.375	3.820	—	—	2.135	24.440	30.335	54.795
Tavira.....	1.3430	—	—	3.800	1.1330	—	3.390	—	1.215	—	3.710	3.795	1.3845	—	2.5525	3.250	1.3668	—	22.5240	37.958	21.914	59.872	
Faro.....	10.025	4.3315	2.5580	2.200	1.600	2.455	6.830	1.875	3.630	2.315	3.665	2.3890	7.025	3.365	1.030	3.680	3.825	2.3736	18.750	72.791	69.904	142.695	
Thomar.....	1.1105	3.480	1.1125	—	—	—	—	3.480	3.480	—	—	—	3.480	—	—	3.480	—	3.513	3.730	5.873	9.510	15.483	
Barquinha.....	3.575	1.5215	3.240	—	1.3440	3.440	3.440	3.440	3.715	—	3.620	—	3.620	3.880	2.4550	3.880	—	—	1.4480	12.4435	14.690	27.125	
Abrantes.....	—	3.600	3.390	—	—	3.500	—	3.550	—	—	—	3.500	3.550	3.500	—	—	—	—	—	1.3900	5.490	8.285	13.775
Castello Branco.....	3.690	1.3460	1.3850	1.585	3.590	3.320	1.3235	1.3635	—	1.3880	3.830	3.675	1.1105	3.690	3.320	—	—	—	—	11.900	29.3265	13.150	42.415
Portalegre.....	1.3566	—	—	—	2.3130	3.590	3.300	—	1.3065	—	—	—	1.3420	1.3875	3.600	—	—	—	—	26.150	39.3925	33.380	73.305
Vizcu.....	1.3760	1.3290	—	3.800	3.400	1.3200	1.3835	1.3720	—	—	2.3000	1.3000	—	3.880	1.3000	—	—	—	—	26.150	39.3925	33.380	73.305
Foz do Douro.....	1.3820	1.3720	3.860	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4.3400	4.330	8.790	
Cantareira.....	—	—	—	—	3.455	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3.455	—	3.455	
Barcellos.....	3.510	3.680	—	—	—	—	—	3.655	3.630	—	1.1180	—	—	3.630	3.980	—	—	—	—	3.340	5.605	15.905	21.510
Barreiro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Setubal.....	1.3785	1.3520	—	2.3935	—	3.540	—	3.400	—	—	3.540	—	2.3055	—	3.465	1.3080	1.3040	1.3094	—	—	13.4454	25.530	38.984
Figueira da Foz.....	2.3900	3.280	3.3490	3.340	1.000	2.880	4.3560	6.490	3.3720	3.590	2.3525	—	3.630	2.3720	2.3305	3.3335	3.820	—	11.925	51.110	64.555	115.665	
Covilhã.....	2.3855	2.3270	—	1.3325	1.3600	3.320	—	4.3320	—	3.800	3.945	3.705	1.3760	2.3915	1.3920	3.880	—	—	—	4.3725	27.340	28.980	56.320
Total.....	72.3855	59.3035	46.3720	54.2550	59.3905	52.3980	62.3435	68.3150	64.3075	15.3270	38.3875	46.3925	56.3070	60.3410	52.3200	43.3680	247.3590	163.3967	701.3500	1.965.3642	2.108.3347	4.073.3959	



ITINERARIO  
Sahe da igreja parochial de Santa Justa e Rufina pelas quatro horas e meia da tarde, dirigindo-se para o lado occidental da praça de D. Pedro pela frente do theatro de D. Maria II, e proseguindo pela rua Aurea, rua dos Capellistas e rua Augusta, até se recolher pelo lado oriental da dita praça.  
E para que chegue ao conhecimento de todos, e ninguém possa allegar ignorancia, se mandou affixar o presente nos logares do estylo.  
Camara, 25 de maio de 1860.—O presidente, Antonio Esteves de Carvalho.

PROCURADORIA REGIA DA RELAÇÃO DE LISBOA

Pela procuradoria regia da relação de Lisboa se annuncia achar-se a concurso o fornecimento do sustento dos presos indigentes das cadeias civis da capital, desde o 1.º de julho proximo até 30 de junho do anno proximo futuro, segundo as condições que se acham patentes na casa dos assentos da cadeia do Limoeiro, onde podem ser examinadas todos os dias desde as oito horas da manhã até ás quatro da tarde. As pessoas que se propozerem a fazer o referido fornecimento deverão enviar a esta secretaria, até ao dia 15 de junho proximo, as suas propostas em carta fechada, contendo o nome e morada da pessoa que pretende fazer o fornecimento, os nomes e moradas dos fiadores, e o menor preço por que se obriga a fornecer cada ração.

Secretaria da procuradoria regia da relação de Lisboa, 25 de maio de 1860.—O secretario, Amalbal A. Martins.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

Não se tendo effectuado a compra de 400 metros de serafina para cartuchos, de novo se ha de contratar em hasta publica no dia 28 do corrente, pela uma hora da tarde, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, a compra do referido artigo.

No dia 2 de junho futuro, pelo meio dia, na sala das sessões do conselho de administração de marinha, se ha de contratar em hasta publica o fornecimento, pelo tempo que se convencionar, do arroz necessario para consumo das tripulações dos navios da armada.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 26 de maio de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

CONSELHO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR

Sendo necessario mandar para Timor um cirurgião aprovado por alguma das escolas do reino, abre-se concurso perante o conselho de saude naval e do ultramar para o provimento do referido logar. Os facultativos que se acharem nas circunstancias de desempenhar aquella commissão poderão entregar os seus requerimentos, devidamente documentados, no hospital da marinha, declarando as vantagens que pretendem.

Hospital da marinha, 7 de abril de 1860.—Dr. Manuel Maria Rodrigues de Bastos, presidente do conselho de saude naval e do ultramar.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que saíra, a 30 do corrente, para Pernambuco, o brigue *Solovano*; e a 31, para S. Thiago e S. Vicente de Cabo Verde, o patacho *Monteiro*.

A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terceiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 26 de maio de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

PARTIÇÃO NÃO OFFICIAL  
CORTES

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DOS PARES DO REINO  
SESSÃO DE 10 DE MAIO DE 1860

PRESIDENTE O EX.º SR. VISCONDE DE LAMARCA  
Ministério publico, o ex.º sr. conselheiro procurador geral da coroa.

Escrivão, o conselheiro official maior e director geral da secretaria da camara dos pares, Diogo Augusto de Castro Constancio; o director chefe da primeira repartição da mencionada secretaria, Carlos da Cunha e Moraes.

Pela uma hora da tarde, o presidente dando entrada na sala, precedido dos continuos, dos escrivães, e dos pares juizes, achando-se já presente o procurador geral da coroa, e tomando todos os seus respectivos logares:

O sr. Presidente:—queira o sr. escrivão Constancio fazer a chamada.

O sr. Escrivão:—fez a chamada, e declarou que estavam presentes 37 dignos pares.

O sr. Presidente:—faça agora a leitura dos officios dos dignos pares que dão as suas escusas de não poderem comparecer ao tribunal.

O sr. escrivão Constancio:—leu 21 officios respectivos aos dignos pares:

Francisco Tavares de Almeida Frouca, conde da Graciosa, Antonio de Lemos Teixeira de Aguiar, João Carlos de Amaral Osorio e Sousa, bispo do Algarve, barão de Pernes, visconde de Algés, bispo de Lamego, viscondes de Ponte Arcada e de Podentes, conde de Ferreira, visconde de Sá da Bandeira, conde de Samodães, visconde de Villarrino, S. Romão, conde dos Arcos, cardeal patriarcal, barão da Vargem da Ordem, marquez de Pomal, bispo da Guarda, conde de Rio Maior, e Diogo Antonio de Sequeira Pinto.

O sr. Presidente:—queira ler os nomes dos dignos pares que se acham presentes, e ficam sendo juizes.

O sr. Escrivão:—leu a respectiva relação, e disse que estavam presentes naquella occasião 46 dignos pares, afóra o ex.º sr. presidente.

Os dignos pares presentes foram os seguintes: Marquez de Fronteira, de Ficalho, de Loulé e de Ponte de Lima; conde de Farrobo; barão de Arruda; visconde de Benagazil; condes de Mello e de Bonfim; barão de Porto de Moiz; marquez de Niza; conde de Penamacor; marquez das Minhas; conde da Ponte de Santa Maria; João de Almeida Moraes Pessanha; marquez da Ribeira Grande; visconde de Castro; D. Carlos Mascarenhas; visconde da Borralha; conde de Vimioso; Felix Pereira de Magalhães; conde de Avillez; visconde de Balsemão; conde de Arrochella; Antonio de Macedo Pereira Coutinho; Francisco Simões Margochio; viscondes de Campanhã e de Castellejães; conde do Sobral; Joaquim Larcher; visconde de Athougia; conde de Azinhaga; Thomás de Aquino de Carvalho; D. Pe-

dro de Menezes de Brito do Rio; José Maria Eugenio de Almeida; condes de Peniche e da Ponte; marquez de Vallada; visconde de Fornos de Algodres; conde de Mesquitella; D. Antonio José de Mello; Julio Gomes da Silva Sanches; visconde de Ovar; conde de Linhares; Luiz do Rego da Fonseca Magalhães; e visconde de Gouveia.

O sr. Presidente:—são os membros de que se compõe a camara dos dignos pares constituída em tribunal de justiça.

Queira o sr. escrivão Constancio ler o officio do sr. procurador geral da coroa, e tambem a sua petição de querrela.

O sr. Escrivão:—satisfaz, sendo a seguinte a petição de querrela:

Ill.º e ex.º sr.—Submisso á voz da lei vem o procurador geral da coroa, infra assignado, dar perante a nobilissima camara dos dignos pares do reino, a que v. ex.º se egregiamente preside, sua officiosa querrela contra o digno par do reino e conselheiro do supremo tribunal de justiça, o dr. Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão, pela violação flagrante criminosa, e punivel da ordenação do livro 3.º titulo 28.º § 2.º, bem como dos decretos de 25 de janeiro de 1645, de 6 de outubro de 1664, de 19 de novembro de 1722, e de 9 de janeiro de 1723, derivados da lei 1.ª cod.—*Ne licet potentioribus patrocinium litigantibus prestare*—e em estreita relação com a ordenação do livro 3.º titulo 98.º in pr.: legislação esta que se deve considerar em pleno vigor, por não estar expressamente revogada, antes resalvada no artigo 15.º do codigo penal, por ser especial sobre materias não reguladas pelo mesmo codigo.

Consiste o facto constitutivo do quebrantamento das citadas leis, em ter o digno par, e alto magistrado, a que me refiro, pessoa verdadeiramente poderosa pela *razão do officio*, attenta a natureza, e preeminencia de seus cargos, voluntariamente escripto, em 5 de fevereiro do corrente anno, ao juiz de direito da comarca de Felgueiras, a carta missiva, cujo autographo forma o documento junto n.º 24; carta em que o dito alto funcionario, *sem especial permissão regia*, não só expendeu abertamente o seu parecer quanto á qualificação jurídica dos criminosos e immoralissimos factos, pelos quaes em demanda crime, pendente no dito juizo de Felgueiras, se acham pronunciados o commendador Joaquim Maria Osorio, D. Maria da Conceição dos Guimarães, e outros individuos d'esta cidade, contra quem directamente querelaram o ministério publico, e as partes particularmente offendidas, Leonor dos Guimarães, solteira, e maior, Thereza dos Guimarães, viúva, e Anna dos Guimarães, casada, representada por seu marido; partes estas, assim querelantes, como quereladas, a nenhuma das quaes o dito digno par não eutão era suspeito como juiz, visto que por tal não foi por alguma d'ellas recusado, nem tão pouco a si proprio se recusou, de duas vezes que o alludido processo crime subiu em grau de revista ao supremo tribunal de justiça, onde votou como juiz adjunto nos accordos constantes do documento n.º 5, datados de 6 de maio e 22 de outubro do anno proximo passado; mas o que tornou mais profunda a ferida na lei, descendo o mesmo digno par do *logar tão elevado*, em que se julgava com razão constituído, ao vedado campo da defesa do patronato, ali com o maior ardo se abaloucou a pôr em acção para com o juiz de direito, a quem se dirigiu, a pró dos indicados, seus protegidos, todos os meios energicos, que a sua exaltada razão lhe suggeriu, já argumentando, já commovendo, já arguindo, já enfim ameaçando, bem que em cousa licita, tudo para o fazer primeiro capacitar da *absoluta innocencia* dos accusados, e da *negra infancia* e *detestavel calumnia* dos seus perseguidores; depois convencendo de que elle persistia obstinadamente em erro, quanto á classificação dos factos sobre que assentava a nova pronuncia por elle decretada, bem como ácerca da denegação de fiança; e por ultimo resolveu a reformar em curto e definitivo praso os seus despachos, e mandar cassar as ordens de captura expedidas contra os querelados, que sabia estavam soffrendo a *horrible prisão de homizo*; dando occasião o dito digno par com esta irritante carta a que o juiz de direito, a quem a endereçou, apenas a recebesse, considerando-a offensiva á sua pessoa, e como uma lamentavel prova da desmoralisação do paiz, se dêsse, bem que arrebatada e inconveniente, de suspeito na alludida causa, não por intimidação, mas reciosos de que o seu estado de escandecencia podesse comprometter a sua imparcialidade, como tudo consta da certidão junta (documento n.º 5).

Em taes circunstancias, pois, requer o supplicante, que, constituída a camara dos dignos pares do reino em tribunal de justiça, attenta a sua competencia marcada no artigo 41.º § 1.º da carta constitucional da monarchia, seja esta petição de querrela, com os seus documentos que a acompanham, distribuída por v. ex.º áquelle dos dignos pares, a quem por sorte couber, para que o mesmo digno par, na qualidade de relator que fica sendo do processo, se sirva de mandar proceder á formação do corpo de delicto, assim directo, por meio de exame de tabelliães sobre a letra e assignatura da mencionada carta missiva, para verificarem independente da confissão extrajudicial do digno par querelado, se ella foi com effeito escripta pelo seu proprio punho, como *indirecto*, por meio de testemunhas, que vosinimilmente pareçam poder dar alguma noticia do criminoso facto de que se trata; e constatada que seja por este modo a sua existencia, seja recebida a querrela, em cujo auto o supplicante nomeará as testemunhas para o summario, como a lei permite, observando-se, quanto á formação da camara em tribunal de justiça, as disposições das cartas de lei de 2 de setembro de 1842 e de 15 de fevereiro de 1849; e quanto á ordem do processo a instaurar, as que se acham consignadas no titulo 19.º, capitulo 5.º, artigo 822.º, com referencia ao titulo 18.º, capitulo 6.º, e nos outros logares applicaveis da novissima reforma judiciaria, bem como na carta de lei de 18 de julho de 1855.

Portanto o supplicante pede a v. ex.º se digne de assim lhe deferir.—E R. M.º

Lisboa, 9 de abril de 1860.—O procurador geral da coroa, Joaquim Pereira Guimarães.

O sr. Presidente:—O sr. escrivão queira fazer leitura ao tribunal da carta autographa, remetida á camara.

Foi lida, e é do teor seguinte:

Ill.º sr.—Lanço mão da pena para que v. s.ª fique instruído do que se está passando nesta cidade em consequencia dos mandados de prisão, cuja expedição v. s.ª ordenou contra pessoas não criminosas, e que nunca o foram, e que o não podem ser em vista das leis do reino, em presenca dos factos a que se referem os mesmos mandados: 1.º facto, ter pretendido ou pretendido ainda habilitar em processo civil, que corre em Lisboa, algum como parente ou herdeiro de outros, não é crime por lei alguma patria. O sr. juiz de Felgueiras não é competente para prevenir em processo crime a sentença do juiz de Lisboa. Se este juiz absolver os interessados do encargo de mais um quinhoeiro á herança por falta de prova, o negocio acaba ali. Se porém não admitir as provas *testemunhas ou documentaes* aqui e não em Felgueiras promover o processo contra os autores do crime; 2.º facto, *culpabilidade*, no de se haver tentado corromper um parcho para passar uma certidão falsa. V. s.ª deve saber: 1.º,

que no suborno ha concerto de duas vontades, e que sem a acceitação da dadiwa ou promessa não ha crime (codigo penal, art. 318.º); 2.º, que mesmo que o padre recebesse os 4:000:000 réis, como o acto que se pretendia obter pelo suborno não chegou a ser executado, pois que a tal certidão se não passou, a pena é de suspensão de direitos politicos e multa (codigo penal, art. 321.º), e portanto admittia fiança (decreto de 10 de dezembro de 1852, art. 2.º), ou antes nem de fiança carcia. Deve saber mais que o suborno se deve considerar em quatro fazes de imputação: 1.ª, a da resolução do subornador; 2.ª, a da proposta ao subornado; 3.ª, a do concerto com a acceitação da dadiwa ou presente; 4.ª, a do acto ou fructo que se tirou do suborno. Deve saber enfim que a simples proposta a outrem para commettimento de um crime, *propositio non agere*, que Rossi desejou ver eliminada do catalogo dos crimes, não é inimicidada em caso algum pelo codigo. O facto pois que v. s.ª qualifico *tentativa de suborno* não tem criminalidade alguma. Se v. s.ª para pronunciar por esse facto, e com declaração exclusiva de fiança, ouvisse a proposta de alguns dos interessados de uma grande dadiwa ou recompensa, e a repellisse com indignação, como estou a repellir, de balde pretendendo perseguir criminalmente quem tanto ouzasse. Não é uma insinuação, é uma hypothese que eu figuraria em mim mesmo; 3.º facto, *falsificação e truncamento* de um livro em prejuizo do terceiro, nada direi sobre este facto, porque não é mais que a teima de v. s.ª em insistir em uma qualificação reprovada por accordo do supremo tribunal de justiça, que v. s.ª devia mais respeitar, como é expresso na lei; 4.º facto, *furto da folha de um livro*, a nova pronuncia a este respeito não é mais que uma estratégia e sophisma com que surprenderam a v. s.ª na sua boa fé, tambem para se illudirem os accordos do supremo tribunal de justiça. O artigo 424.º do codigo penal manda punir esse facto com penas de furto, *segundo o valor da causa furada ou do prejuizo causado*. Ora a folha, ou papel de uma folha, não tem valor em si mesma a não ser o minimo estabelecido no artigo 430.º do codigo. Resta portanto o *prejuizo causado*; mas este depende do exito da acção civil intentada, ou antes não depende, porque ou as provas da habilitação por insufficientes e falsas fazem succumbir essa habilitação, e cessa o prejuizo; ou ellas são julgadas verdadeiras e bastantes, e a sentença fundada em justiça, não causa prejuizo, remove-o d'aquelles herdeiros que o soffriam se fossem excluidos. A accusação portanto carece de base legal para fundamentar um processo exclusivo de fiança. Sobretudo, porém, v. s.ª repare que o valor attribuido pelas partes interessadas a uma causa furada é inattentivo fóra dos casos de juramento Zenoniano, e que esta não é a especie dos factos. No todo caso v. s.ª respeitando, como deve, a lei e o accordo do supremo tribunal de justiça, deve advertir que não podem no facto de um terceiro ser envolvidos como cumplices pessoas contra quem se não prova que dêssem mandato para se praticar o mesmo facto. Esse mandato pôde-se presumir, pôde-se gratuitamente affirmar, mas não bastam presumpções arbitrarías para assentar uma imputação no excesso do mandatário. Em tudo isto não ha mais que uma negra infamia e detestavel calumnia. Similhante folha de livro só podia ser tirada por aquelles que quizeram impedir que apparecesse no juizo da habilitação a certidão respectiva; se houve suborno praticou-se por aquelles mesmos que d'elle se queixam; o seu fim não é outro senão influir assim na decisão da mesma habilitação. Correm rios de dinheiro para angariar testemunhas que inculpem, e esbriços que prendam pessoas, que n'esta cidade viviam tranquillamente entregues aos negocios da sua vida domestica ou commercial. Desde que ha mandados fóra para prisão é licito requerer fiança, porque a carta prohibe que as cadeias seja conduzida pessoa alguma, sempre que o caso admitta fiança, ou essa pessoa possa livrar-se solta. Os pronunciados por v. s.ª estão soffrendo uma prisão horivel no homizo em que se acham. Não é possivel arrancá-los de v. s.ª um despacho para se recorrer aos tribunaes superiores. Os pronunciados não podem dar-se á prisão, porque a consecuencia seria irem conduzidos até Felgueiras, e tẽem, com muito justo fundamento, o receio de serem assassinados, quando não fóra mais que por effeito dos incommodos por que passariam. A pobre senhora viúva foi acommettida de um ataque apopleptico, e tem estado em perigo de vida. O commendador Osorio, assim insultado na sua honra e na sua innocencia, tem soffrido tanto, que recamos vê-lo aqui percer em poucos dias, e começa a dar provas de alienação mental. Ambas estas pessoas, que v. s.ª tão erradamente envolveu em uma pretendida culpabilidade, estão rodeadas de filhos menores, que ficam votados ao desamparo. Fallo assim, por informações exactas que tenho de todo este negocio e suas circunstancias; e tambem porque deve v. s.ª ficar certo, que de ora em diante, deixarei de ser juiz em todos os recursos, que possam subir ao meu tribunal, com relação a este monstruoso processo. Deversos mais elevados, como membro da camara dos pares, me obrigam a tratar ali d'esta questão, e portanto a propalar idéas que me inhabilitam de julgar. Tenciono esta semana cumprir ali estes deveres. Custa-me a agredir, e de logar tão elevado, a v. s.ª; e muito mais a desacerditar assim, em certo modo, a magistratura judicial, a que eu e v. s.ª temos a honra de pertencer. Mas não posso guardar silencio, em prejuizo da honra, da innocencia, e da vida de meus concidadãos. Esta semana, pois, e logo que as camaras estejam definitivamente constituídas, passo, tão vigorosamente quanto puder, a interpellar o ministro da justiça, quanto ao que tem occorrido, e ocorre, e a prover por uma proposta de lei sobre a execução que devem ter os mandados de prisão, expedidos de uma para outra comarca. Esta carta é escripta não no sentido de offender a v. s.ª, mas somente do advertir. É uma resolução tomada de momento, e na presenca de impressões bem dolorosas; e eu me absteria de representar como lhe annuncio, se por estes outros ou cinco dias v. s.ª, pelo telegrapho mais proximo, convencendo-se das rasões de humanidade e de rigorosa justiça que tenho ponderado, se resolvesse a prover de remedio, como pôde, ainda que bem tardio, para as duas pessoas mencionadas, que se acham em tão deploravel estado de saude. Estou verdadeiramente affectado; porque nunca fui, nem posso ser, indifferente aos males que outros soffrem, e principalmente quando provem de erro judiciario. V. s.ª pois deve desculpar a vehemencia e desordem com que lhe escrevo.—Sou com a possivel consideração de v. s.ª collega e venerador.—Lisboa, 5 de fevereiro de 1860.—Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão.

O sr. Presidente:—o tribunal ficará sabendo a mentos, pela seguinte exposição que passo a fazer. Quando os sobreditos documentos foram apresentados a esta camara, houve um digno par que, pedindo a palavra, fez ver que na situação em que se achava o negocio, não podia a camara fazer obra por elle; e que assim cumpria que a querrela fosse remetida ao governo, para que devolvendo a ao procurador geral da coroa, este a remetesse ao juiz de direito, a quem competisse, para instaurar o competente processo de preparatorio; ninguém impugna, já vê o tribunal, á vista d'esta exposição, que sobre este negocio, em que a camara dos pares, como tal, não podendo tomar uma resolução, por se levantar uma questão de competencia, cumpria que

para este fim se constituísse em tribunal de justiça fosse justo e legal.

Para que isto se fizesse, preencheram-se as formalidades, a que eu satisfiz como presidente, e director dos trabalhos, fazendo ver á camara a necessidade de tomar uma deliberação sobre o assumpto: esta tomou-a: e precedendo os competentes avisos, a camara está constituída em tribunal de justiça. A tarefa que temos a tratar é saber se ha querrela, enviada pelo sr. procurador geral da coroa á camara dos pares; e agora constituída em tribunal de justiça, devemos tomar conhecimento e instaurar o processo de preparatorio, ou se effectivamente a querrela, e documentos que a acompanham devem ser remetidos ao governo, para ser instaurado o processo no juizo ordinario.

O sr. Procurador geral da coroa:—sr. presidente, pelo licença a v. ex.ª para fazer um requerimento verbal na mera qualidade de fiscal da lei, e não na de querelante officioso; porque n'esta qualidade estou convencido de que não posso fazer hoje uso da palavra sobre assumpto algum n'esta respeitabilissima camara, constituída em tribunal de justiça. Digne-se pois v. ex.ª conceder-me a palavra.

O sr. Presidente:—pode v. ex.ª fazer o seu requerimento.

O sr. Procurador geral da coroa:—ao procurador geral da coroa, e a todos os magistrados que se se lhe seguem na escala descendente do ministério publico a quem a lei revestiu da tão importante qualificação de fiscaes da mesma lei, como v. ex.ª, perfeitamente sabe, e por certo não ignora nenhum dos illustres membros d'esta egregia camara, hoje constituída em tribunal de justiça, incombe attentamente vigiar e pugnar quanto em si couber, pela exacta observancia das leis em geral, e promover por todos os meios ao seu alcance que os processos civeis ou crimes da sua competencia, caminhem com a devida regularidade. Assim o prescrevem os artigos 25.º, 52.º n.º 7, 55.º § 4.º da reforma judicial, e o artigo 60.º do regulamento de 15 de dezembro de 1855.

Parecendo-me pois, sr. presidente, que o processo de que se está tratando, sobre o facto criminoso em que assentei a minha petição de querrela contra o digno par do reino, e conselheiro do supremo tribunal de justiça, o sr. Francisco Antonio Fernandes da Silva Ferrão, se vae desviando da senda que se acha traçada na lei; releve por isso v. ex.ª e este conspicio tribunal, que eu requiera tudo quanto for conducente para fazer com que elle entre e prosiga na sua verdadeira ordem.

Legem habemus. Sim, sr. presidente, temos uma lei muito clara e expressa, feita de proposito para regular a forma dos processos pelos crimes de que a camara dos dignos pares do reino tem a conhecer, quando constituída em tribunal de justiça. Essa lei, já por mim apontada na minha petição de querrela é a de 15 de fevereiro de 1849; a qual no seu artigo 4.º determina o seguinte (leu).

Já se vê, portanto, que os termos que tẽem a seguir os processos n'esta respeitabilissima camara, quando constituída em tribunal de justiça, são exactamente os mesmos que estão marcados para o supremo tribunal de justiça, nos processos pelos crimes e erros de officio, de que elle toma conhecimento em primeira e ultima instancia.

Obriga-nos portanto este artigo da lei a recorrer á novissima reforma judiciaria na parte correspondente, que vem a ser o artigo 5.º do titulo 19.º.

Consultando porém esse capitulo vê-se que n'elle se trata dos processos para o julgamento dos crimes e erros de officio commettidos pelos conselheiros do supremo tribunal de justiça, pelos juizes das relações e pelos agentes do ministério publico, que pertencem a estes tribunaes, e que nos artigos 821.º e 822.º d'esse capitulo se estabelece a forma que em taes processos deverá seguir-se.

Nesses dois artigos faz-se uma notavel distincção; ou os crimes d'esses magistrados são commettidos fóra do exercicio das suas funcções, ou são commettidos no exercicio d'ellas: se são commettidos fóra do exercicio das suas funcções, diz o artigo 821.º, observar-se-ha em taes processos a mesma ordem, que se acha estabelecida no capitulo 5.º do titulo 18.º; quer dizer, aquella que está marcada para as relações no processo pelos crimes commettidos pelos juizes de direito e delegados do procurador regio, fóra do exercicio das suas funcções. E diz o artigo 822.º, que se os crimes forem commettidos no exercicio das suas funcções se seguirá a forma do processo em tal caso está estabelecida para as ditadas relações no capitulo 6.º do mesmo titulo 18.º.

Temos portanto primeiramente a conhecer, sr. presidente, para sabermos qual é a forma do processo que corresponde a este de que ora se trata, se o crime sobre que assenta a minha querrela foi commettido pelo digno par e conselheiro querelado fóra do exercicio das suas funcções ou no exercicio d'ellas.

Quando eu formei a minha petição de querrela entendi (e ainda estou convencido do mesmo), que o facto que eu supponho criminoso e punivel em presenca da lei, a qual se não acha revogada por alguma outra posterior, foi commettido no exercicio das funcções; e porque? Porque o foi pelo ex.º querelado na qualidade do digno par e de juiz conjuncto de varias leis, e com especialidade a ordenação do livro 3.º, titulo 28.º, § 2.º, que soa assim—*Mandamos que nenhum homem poderoso, pela razão do seu officio, assi como cada um dos julgadores das nossas relações, etc.* De modo, que, se para serem vedados e puniveis os actos que a ordenação especifica, é preciso que elles sejam praticados por um homem poderoso, em razão do seu cargo; se essa circumstancia se verifica tanto n'um digno par do reino como n'um conselheiro do supremo tribunal de justiça; e se o ex.º querelado reune em si esses dois elevados empregos, que lhe dão, segundo a lei, a consideração de homem poderoso, é claro que a reunião d'esses dois elevados cargos na pessoa do ex.º querelado, é que imprime o caracter de crime aos factos por s. ex.ª praticados em offensa da ordenação citada, o que obriga a considerar taes factos como commettidos no exercicio das funcções proprias d'essas duas elevadas occupações que o ex.º querelado se accumula, e que para a justa apreciação d'esses mesmos factos não podem abstrahir-se da sua pessoa.

Sendo pois o crime commettido pelo ex.º querelado no exercicio das suas altas funcções de par e de juiz, concluo eu, que a forma do processo, que deve observar-se n'este caso, é a que está marcada no titulo 18.º, capitulo 6.º da reforma judiciaria para o julgamento dos crimes commettidos pelos magistrados ou agentes do ministério publico no exercicio das suas funcções; e sendo assim, como creio, a primeira cousa que esta respeitabilissima camara, constituída em tribunal de justiça, tem a fazer antes de tudo, é proceder á distribuição da minha petição de querrela conforme o artigo 77.º da citada reforma, porque sem juiz relator não ha nos tribunaes de justiça processo algum regular e valido.

E como poderá v. ex.ª sr. presidente, e este respectavel tribunal deixar de assim o praticar? Pois se por ventura progredir a questão que começa a agitar-se entre os sr. juizes, sobre o ponto da competencia, ou se outra qualquer por acaso se suscitou sobre materia diferente, não se ha de lavar um accordo em que se consigne a deliberação tomada? E quem ha de lava-lo? Não ha de ser o juiz relator? Por consequencia, sem juiz relator não pôde ter andamento algum este processo, nem antes da

sua nomeação se deve tratar de questão alguma, ainda mesmo sobre a competencia da camara para o preparatorio d'esta causa; e por isso eu requiero a v. ex.ª, que, em observancia da lei de 15 de fevereiro de 1849, se passe antes de tudo á distribuição da minha petição de querrela, e que se sigam os terminos ultimos que a mesma lei e a reforma judiciaria no capitulo 6.º do titulo 18.º detalhadamente estabelece, por ser essa a forma de processo que perfeitamente quadra á hypothese em que estamos, e por assim o exigir a boa ordem, e regularidade do juizo, a qual me cumpre fiscalizar.

O sr. Barão de Porto de Moiz:—peço a palavra. O sr. Presidente:—tem o digno par juiz a palavra.

O sr. Barão de Porto de Moiz:—parece-me, senhores, que se não devia ter lido a carta do sr. conselheiro Ferrão, e que serve de base a este processo; bastaria no meu entender ter lido a petição de querrela, e por ella entrar immediatamente na questão prévia de competencia; o conhecimento das outras peças do processo pertence já ao tribunal competente, e este ainda se não declarou tal, e eu duvido muito que elle o seja.

Vou dar as minhas razões: esta camara tem julgado varios de seus membros, alguns d'elles estão presentes, que o foram em diversas especies de crimes; e todavia a camara tomou sempre a querrela das mãos de um juiz; e nunca foi, nem pertendeu ser tribunal de justiça; agora pela primeira vez se apresenta uma petição de querrela á camara dos pares, constituída em tribunal de justiça!

Ora, se nós examinarmos os factos, acharemos que o modo invariavelmente seguido sempre foi o opposto: a lei sempre se entendeu de diferente modo, e a meu ver muito bem; e não deixarei de reflectir, que o modo constante de entender uma lei é prova, segundo a regra da hermenutica jurídica, de que é assim que ella deve ser applicada. Em prova de que ali foi sempre executada contrariamente á intelligencia que o sr. procurador geral da coroa pertende agora se lhe dê, citarei factos.

O digno par marquez de Fronteira, que está presente, foi pronunciado, sendo par do reino, em 1826. Mas qual foi o juizo da pronuncia? Seria este tribunal? Não, foi um dos juizes do crime da cidade; pois ali se preparou o processo, foi lá que teve logar a pronuncia, e feita esta só então se remetteu o processo á respectiva camara.

O digno par marquez de Niza tambem foi julgado por esta camara. E por quem foi pronunciado? Foi-o por diverso juizo, e não pelo tribunal da camara dos pares; e o processo, só depois de preparado, e feita a pronuncia, foi remetido aqui, aonde foi julgado. Nem era possivel que as cousas se passassem de outra maneira, por quanto a legislação é tão clara, que por força de sua clareza teve sempre esta invariavel intelligencia.

Eu vou fazer leitura do artigo 41.º e respectivos §§ (leu).

Mas conhecer em que grau? A questão começa logo na palavra *conhecer*, empregada pela lei; ora nunca esta expressão, juridicamente fallando, se applicou á pronuncia, mas sim ao julgamento.

Mas, em fim, admitamos a duvida: a palavra *conhecer* será comprehensiva dos dois actos distinctos, *pronuncia* e julgamento? Responda o artigo 27.º da carta constitucional, que diz assim (leu). É evidente ser esta a hypothese (*continuum a ler*).

Depois da leitura que acabo de fazer ao tribunal, poderá algum ainda ter duvidas? Certamente não, porque isto é claro, e tanto que até agora a camara dos pares, constituída em tribunal de justiça, tem sempre entendido invariavelmente assim, e não é senão com muita surpresa que eu vejo a petição de querrela n'este tribunal.

Sr. presidente, se consultamos a carta constitucional achamos claramente estabelecida a incompetencia d'este tribunal para a pronuncia.

A distincção que acaba de fazer o sr. procurador geral da coroa entre crimes no exercicio das funcções, ou fóra d'ellas, pôde, permita s. ex.ª que eu lhe diga, servir para outra cousa, mas não para estabelecer e decidir da competencia d'este tribunal na pronuncia.

Nós havemos decidir esta questão pela carta constitucional, e pela lei de 15 de fevereiro de 1849, que a regula, e nada mais. Por esta tudo lei nós podemos applicar ao processo, em *qual que for compativel*, o que se pratica no supremo tribunal de justiça. Mas isto significa, que nós havemos de regular, em objecto de competencia, pelo que ali se faz, e até mesmo contra o que dispõe a carta constitucional, que esta lei que se invoca revogou, e não alterou, nem podia alterar? O artigo 4.º da lei citada diz (leu); mas é no processo, e nada mais, e não em quanto á competencia, que estava regulada, e sobre o que nem levemente ella podia tocar. Se a competencia não é processo, como não é, que tem então este artigo que possa ser applicado á questão? Nada.

Sou, portanto, de opinião que a camara dos pares não é competente, nem nunca se julgou tal, para ser juiz da pronuncia. A camara dos pares recebe o processo da mão do juiz; e eu não entro, nem quero entrar agora na averiguação de quem é o juiz de pronuncia da pessoa accusada: essa é outra questão que pôde levantar-se, e ter logar n'outra parte, mas não aqui (*apoiados*).

O sr. Visconde de Fornos:—o digno par que acabou de fallar, preveniu-me em grande parte no que eu tinha a dizer; contudo, adduzirei ainda mais algumas observações sobre a questão de que o tribunal se occupa; porque a singular posição em que me considero, obriga-me a tomar a palavra para fundamentar a minha opinião.

Pelo que respeita ao julgamento final do processo, não ha duvida alguma, a meu ver, nem pôde haver questão sobre a competencia d'este tribunal, porque ella é expressa no artigo 27.º, e no § 1.º do artigo 41.º da carta constitucional. Nada direi, portanto, sobre este objecto, porque esse ponto é decidido, e inquestionavel.

Pelo que pertence, porém, ao processo preparatorio, e ao juizo aonde elle ha de ter logar, é que vejo divergencia de opiniões entre os dignos pares juizes. Em presenca d'essa divergencia é que entra a questão se a camara dos pares do reino, constituída em tribunal de justiça, é ou não competente para instaurar o dito processo. Eu, interpondo a minha opinião, direi o que me parece, em vista da lei que regula a materia. A lei de 15 de fevereiro de 1849, que foi citada pelo sr. conselheiro procurador geral da coroa, e de que fallou o digno par juiz, que acabou de usar da palavra, é a que deve, sem duvida, decidir a questão.

N'esta lei faz-se uma referencia á reforma judiciaria, nos capitulos 5.º e 6.º, artigo 171.º, e outros. Ora, pela analyse d'estes artigos, é indubitavelmente conhecido, que os processos preparatorios não podem ser formados, segundo as diferentes hypothese na dita lei estabelecidas, senão, ou pelo juizo commum ordinario, ou pelo supremo tribunal de justiça; e que só depois de concluidos ali os ditos processos preparatorios, em conformidade das leis citadas, é que a causa pôde ser competentemente enviada a esta camara, constituída em tribunal, para ter logar o julgamento final do pronunciado (se o tiver sido), em attenção á sua qualidade de par.

Mas accresce que não pôde haver tal processo preparatorio, sem a sua base essencial, que consiste no corpo de delicto legalmente constituído. E com quanto o sr. procurador geral da coroa supponha este negocio concluido dando logo a sua querrela, o fa-



cto é que ainda o não está, nem o tribunal pôde, por mais esta razão, conhecer d'este negocio no estado em que se acha. Alem de que a carta constitucional, que é a suprema lei, nos seus artigos 27.º e 41.º, nenhuma duvida deixa a tal respeito; por quanto, do disposto n'esses dois artigos claramente se conhece que em ambas as hypotheseas n'elles figuradas se deve proceder pelo modo e forma que indiquei, isto é, no primeiro caso o juiz ordinario, o qual, depois de formado o corpo de delicto, e o mais processo preparatorio, suspende todo o ulterior procedimento, para dar conta á camara nos termos do artigo 27.º; no segundo é expressa a sua disposição nas palavras *conhecer dos delictos*, pois todos sabem que *conhecer* se refere ao julgamento final do processo, e não á formação do corpo de delicto, á inquirição de testemunhas da querela, assim como á pronuncia, e mais actos do referido processo, o qual deve servir de base ao julgamento final.

Resumindo pois direi, que este tribunal não pôde constituir o processo preparatorio, o qual em nenhum caso lhe pôde legalmente pertencer. D'esta decisão porém nasce uma segunda questão de competência, ácerca de qual será o tribunal, ou o juiz, a quem pertença a formação do referido processo preparatorio? Esta questão porém não pôde tratar-se n'este tribunal, o qual só tem direito e jurisdicção para firmar a sua competência, e não a de outro qualquer tribunal, ou juiz; nem pôde em caso algum dar-se, na hypothese de que se trata, conflicto; mas se por ventura o houvesse, só ao supremo tribunal de justiça competiria o conhecer d'elle e decidi-lo, em conformidade das leis a tal respeito vigentes.

É portanto evidente que o ministerio publico, representado aqui pelo digno conselheiro procurador geral da coroa, também não era competente para proceder como procedeu, apresentando directamente os papeis n'este tribunal; dando como constituido o corpo de delicto, o que em caso nenhum lhe pôde pertencer, e offerecendo logo a sua querela, a qual, como disse, devia dar-se n'outros termos, e n'outro logar.

Parece-me que agora nas circumstancias em que nos achamos, se devem reenviar os papeis ao governo para lhes dar o devido destino, a fim de que o juiz competente, depois de constituido em forma legal, o processo preparatorio, o faça subir a este tribunal supremo, ao qual só compete o julgamento final do processo, em attenção ás prerogativas do processado na qualidade de par do reino.

O sr. *Silva Sanchez*:—abundo nas idéas dos dois illustres juizes dignos pares que me precederam, e, nem teria ainda pedido a palavra, se previesse que a elles me havia de seguir.

Sustentarei, pois, a opinião que emitiram, porque é bastante a minha.

É ou não é esta camara constituida em tribunal de justiça, competente para a instauração do processo até á pronuncia, contra qualquer das pessoas de que trata o § 1.º do artigo 41.º da carta constitucional?

Esta é que é a questão que o tribunal tem de resolver; e a tal pergunta respondo eu, que esta camara, isto é, que este tribunal não é para isso competente.

Pelo que acabei de ouvir a quem está legalmente encarregado de promover o processo, a opinião pela competência d'este tribunal funda-se, principalmente, no artigo 4.º da lei de 15 de fevereiro de 1849, que manda seguir n'estes processos, em tudo o que lhes for applicavel, o que se acha estabelecido na novissima reforma judiciaria e mais legislação em vigor para o julgamento dos crimes e erros de officio, de que conhece o supremo tribunal de justiça.

Resta por conseguinte examinar, se a esta camara, constituida em tribunal de justiça, são applicaveis as disposições da novissima reforma judiciaria, e mais legislação, com respeito á instauração dos processos.

Em geral sustento que não: depois descrei a hypothese, e sustentarei também a negativa.

Sustento em geral que não: porque da doutrina do § 1.º do artigo 41.º da carta constitucional, com quanto diga que é da attribuição exclusiva da camara dos pares, conhecer dos delictos individuos committidos pelos membros da familia real, ministros d'estado, conselheiros d'estado, e pares, e dos delictos dos deputados, durante o periodo da legislatura, não se pôde concluir que a este tribunal de justiça pertença a instauração dos processos.

Também é da exclusiva competência dos juizes de direito conhecer dos crimes committidos dentro das suas comarcas, com intervenção de jurados, ou sem ella, porque casos ha em que se procede sem intervenção do jury; e contudo, nas terras que não são cabeça de comarca, mas que constituem julgados, é aos juizes ordinarios a quem cabe instaurar os processos crimes, excepto aquellos, muito poucos, de que a lei tem committido a instrução aos proprios juizes de direito, ou a juizes especiaes.

Se, pois, apesar de ser da exclusiva attribuição dos juizes de direito o conhecer dos crimes committidos nas suas comarcas, os juizes ordinarios é que instruem e preparam os processos de muitos d'esses crimes, e não só até á pronuncia mas ainda em parte do plenário, até estarem nas circumstancias de serem submettidos á audiência geral, recebendo por conseguinte o libello e a contestação: como é que, da disposição de artigo 41.º da carta constitucional, se pôde concluir que á camara dos pares, em tribunal de justiça, pertença a instauração do processo contra aquelles de que trata, ou especifica o § 1.º do citado artigo? E os precedentes, citados pelos illustres juizes que primeiramente fallaram, e que escuso, por isso, de citar, não provam que esta camara ou este tribunal nunca entendeu aquelle artigo, no sentido de lhe pertencer a instrução dos processos?

Alem de que o artigo 7.º do regulamento interno d'esta camara, constituida em tribunal de justiça, diz: quando algum processo for remettido á camara dos pares, em o qual se ache pronunciado algum individuo dos que pertencem á sua exclusiva jurisdicção, o presidente, dando d'isso conhecimento á camara, o enviará á commissão de legislação.

N'este artigo, em que ainda se falla da *exclusiva jurisdicção*, não se prescreve cousa alguma ácerca da instauração do processo, nem nos anteriores, nem nos seguintes artigos. Tão sómente se prescreve e estabelece em todo o regulamento como o tribunal ha de resolver se o processo deverá continuar, e como ha de seguir os seus termos ultteriores; isto é, prescreve tudo o que a fazer depois da pronuncia do par, ou de qualquer das pessoas que devem aqui ser julgadas: nada para antes da pronuncia, e até ella.

Assim a camara, approvando o artigo que acabo de ler, e todo o regulamento, fê-lo de certo na intelligencia de que não obstante a *exclusiva competência* que lhe attribue a carta constitucional, lhe não competia a instauração do processo.

Em vista, pois, de quanto deixo dito, é para mim fôr de duvida, que a esta camara não compete a instauração dos processos crimes ou delictos de que forem arguidas as pessoas de falla o § 1.º do artigo 41.º

acha expresso n'este artigo, como é que se diz, ou como poderá sustentar-se, que pelo artigo 41.º da mesma carta compete a este tribunal a instauração dos processos desde o principio d'elles? Pois se assim fosse não resultaria uma manifesta contradicção entre aquelles dois artigos da carta? De certo que resultaria. E neste caso que é o que deve fazer o juriscônsulto? Deve, conforme a hermenêutica jurídica, interpretar a lei de modo que tal contradicção se não dê; e para se não dar, logico e juridico é entender-se o artigo que não é tão explicito, pelo que é mais expresso e claro. Por consequencia, combinando-se os dois artigos, e entendendo-se o 41.º pelo 27.º, não pôde deixar de indubitavelmente se concluir, que esta camara, constituida em tribunal de justiça, não pôde conhecer de processos senão depois da pronuncia.

Mas, sr. presidente, se mais fôr preciso para fundamentar esta opinião, poderia recorrer ao que se pratica n'um paiz, onde se sabe o que é liberdade, onde ha seculos essa liberdade existe, e onde as camaras legislativas conhecem dos delictos dos seus membros.

Na Inglaterra também a camara dos lords conhece dos crimes dos seus membros. Mas quando é que principia a conhecer d'elles? Sómente depois de ratificada a pronuncia, porque é só depois de um grande jury declarar ao tribunal do banco do rei, ou ao tribunal *d'assises*, ante os juizes *d'oyer* e *terminer*, que ha motivo para a accusação de algum par, que o processo é avocado para o tribunal do rei em parlamento, se o parlamento está reunido, ou, se o não está, para o tribunal do grande Senescal, que é então logo nomeado pelo rei, e que faz convocar a camara dos lords para conhecer do processo que tem de lhe ser apresentado.

Ora a nossa carta foi consignada conforme os principios da constituição ingleza. Portanto, em caso de duvida, se duvida houvesse, não deveria recear de dar á nossa lei fundamental a mesma interpretação que n'esta parte se dá em Inglaterra a sua constituição.

E ao que assim tenho exposto, oppor-se-ha o artigo 4.º da lei de 15 de fevereiro de 1849? Serão applicaveis á hypothese de que se trata alguns artigos da novissima reforma judiciaria?

Já se distinguí, e com razão, entre crimes committidos fôr do exercicio das respectivas funções e crimes committidos no exercicio d'ellas: que, no primeiro, o supremo tribunal não instrue o processo preparatorio, seguindo o disposto no artigo 821.º da citada reforma: mas que no segundo caso, e conforme o artigo 822.º, o instrue e prepara: que o facto pelo qual se pretende instaurar este processo, fôr committido ou praticado no exercicio das funções de par: por consequencia, que era á camara dos pares, ou a este tribunal, que pretendia tomar d'elle conhecimento desde a instauração do processo.

No entanto, o que eu digi é que a carta não faz distincção entre crimes committidos no exercicio das funções de par, e fôr d'esse exercicio: a carta falla em geral; e se ella não distingue, como é que nós havemos de distinguir? Já por isto me parece evidente não ser applicavel a este tribunal a referida disposição do artigo 822.º da novissima reforma judiciaria.

Mas, admittamos ainda por hypothese que o seja, e que, por conseguinte, este tribunal seja competente para instaurar e instruir processos por delictos committidos no exercicio das funções de par.

Poder-se-ha provar que a carta do digno par o sr. Ferrão foi escripta no exercicio de suas funções de par?

As funções de par exercem-se, ou dentro da camara, discutindo e votando, e fazendo propostas; ou trabalhando nas comissões; ou por deputações; ou em comissões de inquerito.

E seria a carta, que serve de base para o processo, escripta, funcionando quem a escreveu dentro da camara, ou sobre objecto de que na camara se tratasse? Seguramente não.

Seria escripta como trabalho em alguma das comissões da camara, ou por necessario effeito d'elle? Também seguramente não.

Se-lo-ia em desempenho de alguma deputação, ou de alguma commissão de inquerito? Igualmente não.

Logo, como é que se pôde dizer, quanto mais provar, que a carta de que se trata fôr escripta no exercicio das funções de par do reino?... E se no exercicio d'ellas não foi escripta, como indubitavelmente o não foi, não será também indubitavel, claro e evidente, que no caso em questão não é applicavel o artigo 822.º da novissima reforma judiciaria, e que, por conseguinte, a camara dos pares, constituida em tribunal de justiça, não é competente para instaurar o processo por aquella carta, e o instruir até á pronuncia?

Sustento, portanto, a incompetencia do tribunal para esse fim sómente.

O sr. *Visconde de Gouveia*:—quando pedi a palavra foi com o unico fim de enunciar a minha humilde mas franca opinião sobre esta materia, sem envolver-me nos combates da argumentação. E estava longe de suppôr que os tres oradores que me precederam, tão distinctos juriscônsultos, encanecidos nas praticas das lides judiciarias, seguissem uma doutrina tão diametralmente opposta ao meu pensamento e convicções.

Fallo, portanto, sr. presidente, com difficuldade e com peso. E é para mim uma estreja bem infeliz n'esta camara encontrar-me logo em face de magistrados tão conspícuos, e tão superiores em hierarchia judiciaria, n'uma discussão puramente juridica, para a qual não vinha preparado, e em que tenho de combater bem autorisados argumentos. Mas acima de todas as considerações está a minha consciencia. Vae atraz d'ella a minha palavra. Prende n'esta questão o verdadeiro fim da jurisprudence criminal, prende a dignidade d'esta camara, prende a moralidade publica. Parece-me que do lado das minhas opiniões estão estes tres principios. Perdoem-me os meus illustres adversarios, perdoem-me a camara: hei de dizer o que sinto.

Trata-se aqui unicamente de uma questão de competência. Mas parece-me que aquillo que se controverte não é a competencia geral da camara, para julgar qualquer dos seus membros em accusações de crimes ou outras accusações, dentro ou fôr do exercicio de suas attribuições. N'esta doutrina estão, parece-me, concordos os dignos pares que acabam de fallar. Ninguém na camara se levantou a impugna-la. Nós somos um tribunal competente e exclusivo. É uma prerogativa que nos concede a carta constitucional no artigo 41.º. É uma prerogativa a que não podemos renunciar sem abdicarmos os fôros de membros d'esta casa. Embora o supremo tribunal de justiça tenha um fôr especial, esta casa também o tem. E o sr. Ferrão, primeiro do que juiz d'aquelle tribunal é membro d'esta camara. A camara compete, pois, inquestionavelmente o julga-lo (*apoiados*).

O que se põe em duvida são os grâus d'esta competencia. Cabe ella unicamente aos actos do estrito julgamento, ou estende-se ao processo preparatorio? E n'esta hypothese ainda farei uma subdivisão. Cabe só á pronuncia e seus immediatos preliminares, ou vamos ainda até ao corpo de delicto?

Eu entendo, sr. presidente, que esta camara é igualmente competente para o processo preparatorio, e mesmo para o corpo de delicto; e que nos compete portanto tomar conhecimento da petição e querela, que acaba de apresentar-nos o sr. procurador geral da coroa.

Citaram-se artigos da carta constitucional para mostrar que só nos compete o julgamento, e nunca preparar os processos. Mas eu não vejo doutrina n'esses artigos, de onde os dignos pares possam deduzir tal corollario. Que diz o artigo 41.º? Que o conhecimento de taes crimes pertence á camara constituida em tribunal de justiça. A palavra *conhecer* será por ventura restricta ao julgamento? Formar o processo preparatorio não é também *conhecer*? O juiz que averigua o facto, que preside ao exame, que inquiri as testemunhas do summario, não conhece o crime? E se a carta no artigo 41.º nos confere o direito de *conhecer*, por que razão havemos só de *julgar*? Mas argumenta-se com o artigo 27.º da mesma carta. Determina elle que os juizes remetam os processos a esta casa. Onde está aqui a exclusão da nossa competencia? Todas as querelas do ministerio publico podem comprehender pessoas incertas. Só findo o summario, e lançado o despacho de pronuncia é que pôde *conhecer* se individualmente quaes são as pessoas que devem ser accusadas. Se alguma d'essas pessoas é um membro d'esta casa, o juiz remette-nos o processo respectivo. Eis o que quer dizer o artigo 27.º. O juiz de primeira instancia, que tem obrigação de formar exames e corpo de delicto de todos os factos criminosos committidos sob a sua jurisdicção, não pôde logo *conhecer* desde as primeiras averiguações quem são os verdadeiros autores d'esses factos, nem os cargos que esses autores occupam na sociedade, ou se têm ou não fôr especial. É mister, é indispensavel, é claramente expresso nas leis que deve dar-se aos juizes toda a latitude nos processos preparatorios. Ha um facto, cujos vestigios podem desaparecer; é mister averigua-lo em continentes. Porque razão dão as nossas leis jurisdicção cumulativa a todos os juizes de diversas hierarchias, na formação dos corpos de delicto? E pelo mesmo motivo. Mas logo que pelo andamento do processo se conhece que o querelado pertence a tal categoria social, que as leis lhe concedem especialidade de fôr, o juiz instructor remette o processo a esse fôr especial.

Quantas vezes não são envolvidas no mesmo processo muitas pessoas de diferentes categorias! E então é forçoso levar o processo até á pronuncia. Se uma d'essas pessoas tem fôr especial, extrai-se do processo copias da parte que lhe diz respeito, e remette-se ao tribunal que ha de julga-la. Todas estas hypotheseas explicam o verdadeiro sentido do artigo 27.º, que só pôde referir-se aos processos começados por outras circumstancias nos tribunales ordinarios, mas que nunca pôde tirar a esta camara uma competencia que a carta lhe confere tão claramente no enunciado generico do artigo 41.º.

O artigo 27.º, sr. presidente, quando falla em remessa de processo, não pôde de maneira alguma restringir e ao processo preparado sómente. O processo começa nos primeiros actos preparatorios. Um simples auto de noticia ou conhecimento do crime, já é um processo. E esses papeis que ahi estão sobre a mesa, que já foram lidos, e que comprehendem um documento que se incrimina, uma petição do sr. procurador geral da coroa, e peças subsidias; que é tudo isso senão um verdadeiro processo, que se nos remette e apresenta com toda a legalidade, logo no seu começo, porque a pessoa signataria do documento incriminado é um membro d'esta casa? Não vejo n'isto fundamento para o corollario que se quiz tirar do artigo 27.º.

O local em que se podia commetter o delicto, para exemplificar esta materia, podia levar-me mais claramente á conclusão que eu quero tirar. Supponhamos que n'esta camara era committido um crime por um dos membros d'ella. Não seriamos nós os competentes, sem outras bases, para os primeiros termos do seu processo? Haviamos de chamar um juiz qualquer, estranho a esta camara, para vir aqui conhecer de um facto praticado por um membro d'ella á face de todos nós? Parece-me que n'este caso a camara dos dignos pares entenderá, como eu entendo, que todo o processo preparatorio devia começar aqui, desde que tal facto foi praticado diante de nós e conhecido por todos (*apoiados*).

Disse-se que havia exemplos na nossa legislação, e na pratica e desenvolvimento dos seus principios, que muitos processos eram preparados por uns juizes, e julgados por outros. Não ha duvida que muitos processos são, por exemplo, preparados pelos juizes ordinarios, e remetidos aos juizes de direito para o seu final julgamento, com jurados ou sem elles. Mas esses processos são os geraes e ordinarios, e não os excepçoes e privilegiados, como este. Todos aquelles crimes que são processados e julgados por uma lei especial, são sempre preparados pelos juizes de direito; e todas as leis excepçoes que se têm feito para suspender o jury tirado este acção preparatoria ao juiz ordinario, passando-o a juiz de direito.

Citou-se também um artigo do nosso regimento, em que se diz que o processo será remetido para esta camara. Escuso de repetir o que já disse com relação ao artigo 27.º da carta constitucional. O processo é remettido a esta casa sempre que d'elle se evidencie que é indigitado um membro d'ella. Mas se logo no seu começo apparece figurado como réu esse individuo, toda a jurisdicção ordinaria é nulla, alem dos actos indispensaveis para a formação do corpo de delicto em facto permanente; porque esses actos não podem espagar-se, e para elles, segundo as regras geraes de jurisprudence, é cumulativa a jurisdicção de todos os juizes.

Também se adduziu o exemplo de Inglaterra, na falta de legislação patria. Justo é que em objectos constitucionaes se vá buscar o exemplo d'aquelle paiz, porque é onde certas praticas liberaes estão mais aperfeiçoadas. Mas o exemplo que se adduziu da Inglaterra não difere dos casos que tem havido em Portugal, com referencia á nossa legislação. Esse processo depois d'examinação pelo tribunal, em que fallou o digno par, é remettido á camara dos lords, quando se conhece que um d'elles foi envolvido no processo. Mas eu entendo que tanto na Inglaterra como aqui se um lord, ou par do reino, commetter um crime dentro da camara, por exemplo, ella ha de constituir-se em tribunal de justiça para começar desde logo o exame d'este facto, e a preparação do competente processo (*apoiados*).

Sr. presidente, fallarei ainda da distincção que faz entre a pronuncia e o corpo de delicto. Aqui ha já um corpo de delicto, que é o documento que ahi está, e que foi lido na mesa; e que creio ter ouvido dizer que era o autographo da carta que o sr. par Ferrão escreveu. Se esse documento foi remetido a esta camara legalmente; se o sr. procurador geral da coroa na sua petição e querela se refere a elle; parece-me que o corpo de delicto, ou pelo menos os seus principios topicos, ahi estão. Se faltam algumas formalidades judicias, nós podemos preenche-las. Mas no verdadeiro sentido das leis o corpo de delicto existe desde que veiu para a camara aquelle documento (*apoiados*).

Sr. presidente, sem querer aventurar a minha opinião sobre a apreciação ou criminalidade do facto, sem querer por fôrma alguma desvirtuar as opiniões muito respeitaveis dos tres distinctos juriscônsultos, que me precederam, cujo saber e lealdade sou o primeiro a reconhecer; parece-me que a opinião contraria á minha seria em muitos casos um fatal principio de impunidade, e germen por tanto do escandaloso e da immoralidade publica. Se esta camara não é apta para formar o processo preparatorio, e para indiciar; onde é que está o tribunal competente?

Se esta camara julga os srs. deputados, julga os dignos pares, julga as pessoas da familia real, não será isto, mais que um privilegio, uma garantia a favor da justiça e contra a impunidade?

Se os tribunales ordinarios se reputam pouco competentes para julgarem pessoas assim poderosas, havemos de dar-lhes competencia para pronunciar essas mesmas pessoas? E se esses tribunales deixarem de pronunciar por algum d'esses motivos pelos quaes as leis lhes tiravam o julgamento, onde está o remedio para este mal? Julga por ventura esta camara por via de recurso? Se o supremo tribunal por exemplo se julga competente, e não indiciar, onde está o recurso? E não fica esta camara assim privada de julgar os seus membros? E se todos os tribunales se julgarem incompetentes para o processo preparatorio, como ouvi já dizer que acontecera n'outro caso, quem é que ha de desagrar a justiça, se o réu é culpado? Quem ha de restituir-lhe a sua honra, se está innocente? Que é isto senão entorpecer a acção das leis, e sancionar a impunidade? Sr. presidente, não desprezemos uma das nossas mais nobres prerogativas, a de sermos julgados pelos nossos pares. Sejamos logicos e fortes. Aceitemos a missão de julgar em toda a sua plenitude, e formemos o processo preparatorio.

O sr. *Julio Sanchez*:—Quando fallei a primeira vez, sr. presidente, e disse que, apesar de serem os juizes ordinarios competentes para a instauração de muitos processos, isso não obstava a que realmente fosse da exclusiva competencia dos juizes de direito o conhecerem, com intervenção dos jurados, ou sem elles, dos crimes committidos nas suas comarcas, disse-o sómente para demonstrar que a expressão do artigo 41.º da carta—*exclusiva competencia*—não podia significar que este tribunal fosse o competente para a instauração do processo.

Já se vê pois, que não quiz argumentar de casos ordinarios para casos excepçoes, por isso é evidente, que não procede o argumento do illustre juiz e digno par que acabou de fallar.

Disse também que, quando era incerta a pessoa do que se suppunha delinquente, não se podia então deixar de proceder na conformidade da minha opinião, e dos dois illustres juizes que antes de mim fallaram: mas que não acontecia o mesmo quando a pessoa era certa.

Sr. presidente, nós, como v. ex.ª sabe, os que somos formados em direito, aprendemos, e temos como axioma juridico, que, aonde a lei não distingue, não pôde o juiz distinguir. A carta constitucional não faz distincção entre pessoas certas e incertas. Logo também nós não podemos juridicamente fazer essa distincção.

Mas, concedamos que a distincção se possa fazer: pergunto, não se deu já o caso de subir a este tribunal da camara dos pares um processo com a pronuncia de um digno par, feita n'uma primeira instancia judicial: de ser esse processo aqui annullado, e mandado baixar á mesma instancia judicial, de onde tinha vindo, para o instaurar de novo? Certamente. E desde que o digno par foi pronunciado, desde que o processo contra elle foi mandado reformar, não ficou sendo para este tribunal bem certa a pessoa do par? Também é fôr de duvida. E se apesar d'isso o tribunal da camara dos pares, em vez d'elle mesmo passar a instaurar o novo processo preparatorio até á pronuncia, decidiu que o instruisse uma primeira instancia judicial, esta sua decisão não importa o ter reconhecido que é incompetente para a instrução de processos? E quererá agora este tribunal decidir o contrario do que decidiu n'outra occasião? Parece-me que todas as razões, e que até a dignidade da camara, exigem ou aconselham o contrario.

É verdade que a ninguém, que a nenhum tribunal fica mal, reconhecendo ter n'alguma hypothese errado, decidir n'outra similhante hypothese de diferente modo. Mas, que motivos ha para se reconhecer que se commetter erro, ou que se errou no caso da remessa do processo á primeira instancia judicial? Eu não os descubro, e nenhuns ainda ouvi referir.

Mais se disse, que o corpo de delicto já ahi estava feito, que o era a carta pela qual se promove o processo. Porém, eu perguntarei ao digno juiz que acabou de fallar, se tendo de instaurar um processo, e apresentando-se-lhe uma carta como aquella de que se trata, se s. ex.ª dava por feito e concluido o corpo de delicto? Seguramente não dava; e o digno juiz havia de exigir mais alguma formalidade, para só depois d'isso se julgar constituido o corpo de delicto.

Já se vê, portanto, que a simples apresentação da carta não constitue só por si corpo de delicto, como o quer a lei. Digo mais, que, se algum processo subisse a uma instancia superior só com essa carta por corpo de delicto, necessariamente o processo havia de ser annullado e devolvido por falta de base.

É pois evidente, que só pela simples apresentação da carta não se pôde julgar constituido o corpo de delicto para que o processo corra validamente.

Pelo que respeita á legislação ingleza, e ao que eu referi para mostrar desde quando, ou em que circumstancias a camara dos lords principia a conhecer dos delictos de seus membros, também se veiu com a distincção de pessoas certas e incertas, dizendo-se que, só em quanto as pessoas não eram conhecidas, é que o processo de algum par corria fôr da camara, porque, desde que o fossem, a camara dos lords tomava logo conhecimento do negocio.

Permitta-se-me, contudo, observar, que tanto é o contrario, que qualquer lord par, mettido em processo, é primeiramente indiciado ou pronunciado por juizes de paz: ora, desde a indicição é certa a pessoa, e apesar d'isso o processo ainda sóbe ao grande jury, e só depois que por este é ratificada a pronuncia, é que o processo é avocado para o tribunal do rei em parlamento, ou para o do grande Senescal, isto é, n'um e n'outro caso para a camara dos lords.

Por consequencia, não é só em quanto a pessoa é incerta: é mesmo ainda depois de ser certa e conhecida, desde a pronuncia até á ratificação d'ella, que o processo de um lord par se instrue fôr da camara dos lords.

Mas disse-se: e se um par commette um delicto dentro da propria camara, não ha de ella começar logo a funcionar como tribunal de justiça para lhe instaurar o processo?

Respondo: que se se desse esse caso, o que me parece, é que a camara tinha obrigação de logo dar parte d'elle ao competente juiz de direito ou criminal; para que este tratasse de instaurar immediatamente o processo, em que, até á pronuncia, a camara se não devia intrometer.

Porém, supponhamos que sim: supponhamos que em tal caso a este tribunal é que competia a instauração do processo.

Pergunto: é este o caso de que tratamos? Não: e os argumentos de analogia só provam, quando os factos e as circumstancias são em tudo analogos e similhantes. Aqui não ha tal analogia, nem similitude. Logo, não procede o argumento do crime que se commettesse dentro da camara.

Finalmente, também se argumentou muito com as nossas prerogativas, reflectindo que não deveriamos d'ellas prescindir. E eu, reconhecendo ser isso muito conveniente, entendo que também não devemos arrogar-nos prerogativas que não temos ou nos não pertencem. Se n'uma cousa ha perigo, também o ha na outra.

Nada mais acrescentarei, porque, com o que disse, parece-me ter respondido ás observações de quem pugna pela competencia d'este tribunal, e haver explicado a razão do meu voto.

O sr. *Visconde de Balsemão*:—sr. presidente, será talvez para admirar que, tendo fallado sobre esta questão tão eminentes e illustres juriscônsultos, eu me atreva agora a entrar na mesma questão, pretendendo emitir minha opinião, tal como é, nascida de minha intelligencia e convicção; mas por isso mesmo que ella é a expressão de minha profunda convicção, é que eu entendo que a devo emitir com toda a franqueza.

Sr. presidente, para mim é clarissima a letra e espirito do artigo 41.º da carta constitucional. E que é que diz esse artigo? Diz que a camara dos pares julgará os seus membros? Diz, e diz mais alguma cousa, porque ali se determina muy expressamente que é da attribuição exclusiva d'esta mesma camara *conhecer* dos delictos individuos committidos pelos pares, e esta palavra, *conhecer*, importa dizer que a camara dos pares tomará conhecimento de todo o processo, e assim a carta quer que o processo seja instaurado n'esta camara, não n'uma instancia inferior, como algum sem fundamento, quanto a mim, parece querer; mas o que só poderá ter logar quando, como muito bem disse o digno par o sr. visconde de Gouveia, é que a pronuncia não houver a certeza de existir algum par criminoso ou accusado de o ser, porque ninguém ignora que muitas vezes acontece, só depois da pronuncia saber-se quem é o individuo criminoso, e é n'este caso que, quando acontece se-lo algum par, o processo sóbe á respectiva camara.

Mas quando se trata de um certo individuo, então o processo deve ser instaurado n'esta camara, se esse individuo é par do reino, embora elle tenha delinquido fôr ou dentro do exercicio das funções de membro d'esta camara, porque a carta não faz distincções, fallando das pessoas dos pares, querendo dar á esta camara o mesmo privilegio que tem o supremo tribunal de justiça. Pois o supremo tribunal de justiça não pôde instaurar o processo aos seus membros e depois julga-los? Pôde; logo que muito é que o mesmo faça a camara dos pares? Um digno par recorreu aos precedentes de Inglaterra; mas eu peço-lhe que recorra aos precedentes da França, onde verá processos instaurados e julgados na camara dos pares. A legislação ingleza a este respeito não tem hoje analogia com o nosso codigo fundamental, em quanto que a de França tem toda, e ali, repito, têm-se instaurado processos na camara dos pares quando os delictos reciem sobre pessoas certas.

Disse porém o digno par que as leis se devem interpretar de modo que da sua interpretação se não siga absurdo; no entanto eu não vejo absurdo, nem encontro contradicção entre a doutrina do artigo 27.º e a do 41.º da carta. O artigo 27.º estabelece a hypothese de que pôde acontecer ser pronunciado um individuo por algum delicto que commettera, e que depois da pronuncia se conheceria ser esse individuo par do reino. Mas agora, pergunto eu, se o crime for committido dentro das portas d'esta casa, ha de ir chamar-se um juiz inferior para aqui vir instaurar o processo, e depois pronunciar o par delinquente? Ha de ir esta camara dar um privilegio a esse juiz, privilegio que não tem, e ao mesmo tempo tira-lo de si, porque a lei lh'o dá? O que diz o artigo 41.º da carta constitucional? Diz que é da exclusiva attribuição da camara dos pares *conhecer dos delictos individuos committidos pelos pares*. Mas o artigo 27.º remedia o caso em que pôde acontecer pronunciar-se um individuo, que depois se conheça ser par do reino. A camara dos pares não deve pois demittir de si um privilegio que a lei lhe dá, tanto mais quando poderia ir levantar um conflicto entre a propria camara e o juiz inferior a quem fosse enviado o processo, porque a camara julgava-se incompetente, mas incompetente também o juiz se poderia julgar, e d'aqui seguia-se logo o conflicto.

O artigo 41.º da carta é claro e terminante, e dando este á camara dos pares a exclusiva attribuição de conhecer dos delictos committidos pelos pares, deu á mesma camara a competencia para a instauração dos respectivos processos. E esta é a minha opinião.

O sr. *Visconde de Fornos*:—com quanto prestasse toda a attenção aos argumentos apresentados pelo digno par o sr. visconde de Gouveia, para ver se elles o podiam convencer, ao contrario, cada vez mais lhe parecia solida e irrefutavel a opinião que já havia emitido, porque não ouvira sequer uma razão que a desmentisse.

Que os argumentos de hypotheseas de nada serviam na presença da lei, cuja letra era clara, e cuja interpretação lhe parecia facil, analysando-se detidamente o conjunto de todas as suas diversas disposições. Que na lei se não achava a distincção que forçadamente se quer que ali exista, entre *certeza* e *não certeza* de criminoso até á pronuncia; que o principio da lei é geral, abrangendo por conseguinte todas as pessoas certas e incertas; mas que a parte preparatoria de um processo, como já dissera, é que é muito distincta do julgamento, que n'isto é que entende se deve fazer distincção, e não onde a lei a não faz.

Acrescenta, que sobre a parte do julgamento final lhe parece estar a camara de accordo: que em quanto á outra parte, processo preparatorio, entende que é necessario que a camara se prepare e medite, na presença dos artigos 27.º e 41.º da carta constitucional, e da lei de 15 de fevereiro de 1849, a qual deve regular a materia, combinando-se com a novissima reforma judiciaria nas suas diversas disposições, das quaes necessariamente se ha de concluir, que só no juizo commum ordinario, ou no supremo tribunal de justiça, segundo as hypotheseas figuradas nas leis citadas, podem ter logar os processos preparatorios d'esta natureza.

Torna-se pois evidente, que ao tribunal só compete o julgamento, e não a formação do processo preparatorio, e que tal direito lhe não pôde competir sem infracção dos artigos 27.º e 41.º da carta, combinados com as outras leis já citadas; assim como que o julgamento final é cousa distincta do processo preparatorio, e que quem constitue este, e por ventura pronuncia, não pôde, segundo todos os principios de direito criminal, ser julgador imparcial n'aquelle. Parece-lhe também, não terem cabimento os recios que se apresentam com relação ás autoridades inferiores, porque não vê fundamento para essas apprehensões menos justas; falla da idéa suscitada ácerca dos conflictos com estas autoridades; não admittre a possibilidade de tal, depois de decidida a questão, em vista da lei; mas havendo-a, a mesma lei os acabaria.

Que os precedentes constantemente seguidos n'esta camara reforçam os seus argumentos, e que julga ser muito inconveniente, e de graves consequências, que hoje vá a camara constituida em tribunal, e que, como tal, deve obedecer ás leis que o regem, destruir, por uma resolução arbitraria, todos esses precedentes fundados em leis, resoluções tomadas antes, e querer que esta resolução fique servindo de precedente para d'aqui em diante, como ouviu ao digno par, que o precedem, o qual, impugnando a razão deduzida do argumento de precedentes verdadeiramente taes, se funda, para sustentar a sua opinião, em um facto futuro, e que como tal não pôde ter applicação á questão controvertida.

Conclue portanto dizendo, que se a decisão for contraria ao que entende, e acaba de expor, ao que



a lei estabelece, e que os precedentes d'esta camara confirmam, mesmo com relação a processos actualmente aqui pendentes, sem recorrer aos exemplos da outra casa do parlamento, depois se conhecerão os inconvenientes, e consequencias que d'essa sua resolução se hão de seguir de certo.

O sr. Visconde de Gouveia.—sr. presidente, peço licença á camara para ainda occupar a sua attenção por alguns instantes, e aos dignos pares, a quem vou referir-me, rogo me desculpem por continuar a sustentar a minha convicção, que os seus argumentos não abalaram. Respeito muito as suas opiniões, mas não posso adopta-las.

O digno par o sr. Silva Sanches combatu as minhas reflexões, baseando-se para isso na letra da carta constitucional. Mas todos nós sabemos que a carta apenas estabeleceu os principios geraes sobre esta materia. Se isto assim é, se na carta se não especializou, e se não temos leis especiaes por onde nos regulemos, entendo eu que devemos seguir os bons principios e a boa logica.

A lei de 15 de fevereiro de 1849 tratando no seu artigo 4.º dos processos perante esta camara, constituida em tribunal de justiça, determina que, em tudo quanto lhe seja applicavel, se siga o que se acha estabelecido na novissima reforma judiciaria e mais legislação em vigor, para julgar dos crimes e erros de officio de que conhece o supremo tribunal de justiça em primeira e ultima instancia. Ora, não se achando na reforma nem em lei alguma completamente definidas as formulas pelas quaes nos devemos regular, antes ao contrario apenas algumas disposições geraes, mui longe de prescreverem toda a marcha do processo, entendo que n'esta deficiencia devemos seguir aquillo que os principios geraes de jurisprudencia nos dictam. Alguem me argumentou com o bem conhecido axioma de direito, que, onde a lei não distingue, a ninguém é permitido distinguir; mas se não temos lei nenhuma especial sobre o objecto de que se trata, como é que havemos de dizer que essa lei (que não existe) não distingue? Appliquemos pois essa boa logica ao artigo 41.º da carta constitucional. Elle trata dos crimes dos pares em geral, em quanto que o artigo 27.º apenas tratou de uma hypothese ou caso especial. O artigo 41.º não distingue. Está-me parecendo que são os dignos pares que querem distinguir.

O digno par apresentou um argumento para mostrar a incompetencia da instauração dos processos n'esta casa, dizendo que já aqui subira um processo de accusação contra um membro d'esta camara, processo que havia sido instaurado nos tribunales ordinarios, e que depois aqui fora annullado, voltando para aquelles tribunales onde fora de novo preparado. Mas este facto não me parece que possa servir de precedente, porque o caso era mui diverso. A camara annullou esse processo. Se o annullou que resta d'elle? Nada. Desappareceu a culpabilidade, appareceu o réu, appareceu o digno par, membro d'esta casa, n'elle envolvido. O processo mandou-se instaurar de novo nos tribunales ordinarios. Quem poderia afirmar, que instaurado de novo e por outro modo, porque o primeiro fora irregular, n'elle se via outra vez envolvido o mesmo par? Quando o fosse, voltaria então a esta camara. O facto da annullação destruiu tudo. Não é portanto precedente, que se traga para esta materia, ou é um precedente que nada prova. Sustentou-se que, se um de nós commettesse um delicto n'esta casa, deveriamos chamar um juiz commum para conhecer d'elle. Onde encontra o digno par lei que tal determine? Eu vejo o artigo 41.º da carta, que é bem claro. E na sua falta havemos de seguir a boa logica que manda o contrario.

Argumenta-se ainda com a deficiencia do corpo de delicto, e com a necessidade de ser regularizada o juizo commum. E porque não havemos de organisar-lo aqui? Que lhe falta? Chamarem-se os tabelães para reconhecerem a letra e assignatura d'essa carta; e lavarem d'isso um auto. Quem ha que nos conteste a jurisdicção para o fazer? Disse um digno par que o supremo tribunal de justiça julgava das competencias entre os diversos tribunales. Quem o duvida? E quererá tambem o digno par que elle julgue da competencia d'esta camara, que é superior ou independente d'aquelle tribunal? Da nossa competencia só nós podemos julgar; e é o que estamos fazendo. O ministerio publico tambem se não intrometteu a julgar taes competencias. O sr. procurador geral da coroa entendeu que devia promover ante esta camara o processo preparatorio. A esta camara compete deferir ou indeferir. E ella que ha de decidir a competencia.

Ora, visto que se têm invocado precedentes, tambem eu trarei um para a questão. Quando o supremo tribunal de justiça ou as relações conhecem dos crimes daquelles ministros, ou membros do ministerio publico, que respondem perante estes tribunales, mandam por ventura instaurar os processos a algum juiz da primeira instancia? Não. São esses mesmos tribunales que instauram os processos preparatorios; logo, qual ha de ser o motivo pelo qual esta camara não ha de fazer o mesmo, e ter igual direito? Pois a lei de 1849 manda seguir á camara as formulas de iguaes processos ante o supremo tribunal; no supremo tribunal forma-se o processo preparatorio, e os dignos pares não querem que a camara o forme nas mesmas circumstancias! Parece-me que o digno par disse que eu havia attribuido faltas aos tribunales, mas eu nenhuma falta lhes attribui. O que unicamente disse foi, que instaurarem-se os processos e seguirem até á pronuncia nas instancias ordinarias poderia trazer graves inconvenientes, porque muitos pares poderiam ser accusados de crimes e depois não pronunciados, sem que a respectiva camara d'isso tivesse conhecimento, porque já se vê que não se dando o facto da pronuncia por lá ficariam os processos, e nunca vinham a esta camara. E se ha razões para esses tribunales não julgarem, não devem tambem intervir n'um processo que pelas mesmas razões ficaria sem effeito.

Reservei para o fim responder a uma arguição menos justa do digno par, e meu amigo, o sr. visconde de Fornos. Disse s. ex.ª que eu fallára em precedentes d'aqui em diante. Ora, sr. presidente, é mister que se me faça justiça; eu não podia dizer tal, s. ex.ª é que ouviu mal; eu o que disse foi que o julgarmos-nos incompetentes para o processo preparatorio seria um precedente, que nos levaria a pesimos resultados d'aqui em diante. Isto é mui diverso, e eu reclamo a justiça do digno par.

Tenho respondido como posso, segundo me parece, ás redarguições dos distinctos juriscultos, meus adversarios n'esta materia, e peço a v. ex.ª que pergunte á camara: 1.º, se se julga competente para julgar; 2.º, se tambem se julga competente para o processo preparatorio.

A camara está esclarecida, e ha de optar pela justiça e pela verdade, que está do meu lado; ha de optar pela sua dignidade, e pela moralidade publica, que o estão igualmente.

O sr. Barão de Porto de Moz.—Eu não dou por boas as minhas opiniões; não quero que se presume que as tenho por melhores: se sempre este sentimento me anima, como membro de um tribunal de justiça tenho essa obrigação. Não tenho a pretensão de convencer ninguém; quiz explicar o meu voto. Quando levantei esta questão não tinha tencção de insistir n'ella: se insisti foi arrastado pelo exemplo do digno par juiz, que me deu a entender que eu podia, depois de desempenhar a minha consciencia, empenhar o meu amor proprio. Mas não será esse o sentimento que me anime, mas ou-

tro mais nobre, e mais justificado, o de sustentar uma opinião profundamente gravada na minha convicção.

Eu fundava-me nos principios, não os discuti porque o não supponho proprio do logar. Os principios discutem-se nas camaras legislativas, de onde passam para as leis, e aonde se suppõe que elles existem. O juiz applica a lei, com que deve conformar o seu juizo, e nada mais: é bom que não esqueçamos que não estamos a legislar, mas que somos juizes.

Se agora fallo em principios, e os vou discutir, é porque me maravilhei de que para a opinião opposta á que sigo se invocassem os principios.

Quaes principios? Os que regem o direito criminal? Esses não, que estão em completa opposição com os que pretendem que esta camara seja competente para a pronuncia. Se quem invocou os principios tinha na idéa o que se acha legislado a respeito da magistratura judicial, no caso de processo crime contra alguns de seus membros, equivocou de certo as cousas deploravelmente. Na magistratura o juiz de pronuncia é tambem juiz de julgamento; mas quem não vê que isso é uma excepção, e quem pôde equivocár jámais a excepção com a regra? E qual é a regra? E que o juiz de pronuncia não seja o juiz de julgamento; isto é o principio geral: a excepção é a que apontei, mas essa não vale alem da sua letra. Recordar, pois, os que seguem opinião opposta á minha, a outras razões, mas deixem-me os principios, porque esses pertencem á minha opinião. E sentiram essa necessidade, porque outras razões allegaram, de que eu agora vou tratar. Para fundamentar o meu voto, citei os artigos 41.º e 27.º da carta constitucional, que são fundamentos no objecto; citei a lei de 15 de fevereiro de 1849 que os regulou; elles são claros na sua letra, e eu para o mostrar lembrei a intelligencia invariavel, e sem objecção, que sempre se lhe dera, de que a camara dos pares do reino não era tribunal de pronuncia. E que me responderam? Com hypothesees arbitrarías! Desculpem-me se sou sincero: desde que observei este modo de interpretar a lei, que aliás é clara e evidente, explicando-a, fiquei ainda mais desconfiado da justiça da opinião opposta. Mas antes de entrar na analyse das hypothesees, alludirei a um argumento deduzido da lei de 15 de fevereiro. Esta lei regulamentar toda feita para o julgamento, e não para a pronuncia, porque ainda então se não pensava que viria tempo em que se duvidasse da intelligencia clara do artigo 27.º da carta constitucional, diz no artigo 4.º que se seguirá no processo o que se segue no supremo tribunal de justiça em tudo o que for compativel. Já é força de imaginação querer d'aqui concluir que este tribunal é juiz de pronuncia a respeito de um de seus membros, á imitação d'aquelle tribunal! A lei regulamentar estabelece a competencia, já é uma maravilha; mas o estabeleceu-la contra a letra da carta, que teve sempre uma e invariavel intelligencia opposta á que agora se lhe pretende dar, é tambem realmente admiravel. O artigo 4.º da lei de 15 de fevereiro, depois de tudo, não se occupa do processo de pronuncia, e pela razão que já disse, de que tratou foi do processo em julgamento, e não curou de competencias; e não podia alterar a carta, que regulava, e é pelo artigo d'esta, e só por elle, que esta questão ha de decidir-se. Citei, como já disse, dois exemplos em abono da invariavel intelligencia que sempre se dera ao artigo 27.º da carta. O primeiro foi o sr. marquez de Fronteira, o segundo o sr. marquez de Niza, e é cousa notavel uma circumstancia que se deu no processo d'este ultimo, que parece expressa, para mostrar quanto então se estava certo de que a camara dos pares não pronunciava; porque, achando-se nullo o processo de pronuncia, o tribunal dos pares annullou o processo; mas que fez mais? Pronunciou? Não, senhor, mandou-o remetter ao juizo criminal para o instaurar de novo, o que effectivamente se fez; e tendo logar a pronuncia no mesmo juizo criminal, foi novamente o processo de pronuncia remetido ao tribunal da camara dos pares, onde o sr. marquez de Niza foi julgado, em consequencia d'esta nova pronuncia. Não é singular levantar duvidas sobre a intelligencia do artigo 27.º da carta depois de tudo isto? Não parece este acontecimento o mais expresso, o mais concludente?

Pois não succede assim; houve alguém que, no fogo de sua imaginação, viu no artigo 27.º da carta, pessoas incertas, cousa que eu, que o tinha lido tantas vezes, ainda lá não encontrei; disse, este caso nada prova porque annullado o processo tudo desapareceu, e tudo ficou incerto. O processo versava unicamente sobre a pessoa do sr. marquez de Niza, a parte da justiça que denunciava o crime, e que servia de base ao processo de pronuncia era sempre a mesma, e como o processo desaparecia pela annullação, desapareceu tambem o sr. marquez! Confesso que não, que não tenho animo de continuar a combater este argumento. Mas aqui começam as hypothesees sobre que se funda toda a argumentação dos que regeitam a minha opinião. A primeira é a supposição de que o artigo 27.º da carta quando trata da pronuncia de pares ou deputados falla de pessoas incertas! De maneira que, se o juiz pronunciar um par ou deputado, entende-se que pronunciar uma pessoa incerta. O juiz levanta o processo preparatorio, forma o corpo de delicto, inquirir as testemunhas, e nada sabe sobre a qualidade do que pôde ser iniciado: depois pronuncia, e as palavras magicas do despacho de pronuncia de repente e como por milagre esclarecem repentinamente o juiz, e elle que nada soube pelo processo fica logo esclarecido pela pronuncia! Isto já era singular, mas o peor é que o artigo 27.º diz o contrario, porque diz o seguinte:—«se algum par ou deputado for pronunciado, o juiz, suspendendo o todo o ulterior procedimento, dará conta á sua respectiva camara, a qual decidirá se o processo deve continuar, e o membro ser ou não suspenso do exercicio das suas funções.»

Repare-se nas palavras de pronunciar par, ou deputado; os que lhe suppõem sciencia de qualidade e por isso a competencia para pronuncia.

Todos viram que eu não tomei apontamento algum, não tinha, como já disse, intenção alguma de redarguir, contente de ter simplesmente explicado o meu voto: é possivel por isso que eu deixei sem resposta algumas das que se figuraram objecções á minha opinião. Outra hypothese. Pergunta-se, se um par commetter um crime dentro d'esta camara, ha de a camara dos pares demittir de si o processo de pronuncia? Eu maravilho-me d'estas objecções. Que duvida pôde haver a este respeito? Que tem o local com a competencia que só vem da lei? A questão é sempre a mesma; é a camara dos pares, constituida em tribunal de justiça, competente para pronunciar um par?

Resolvida esta questão, todas as hypothesees, mais do que arbitrarías, ficam resolvidas; e eu digo que, se um par commetter um crime dentro da camara, o presidente d'ella ha de fazer a participação ao governo, que ha de pelo ministerio publico mandar proceder conforme a lei, e se eu estivesse constituindo direito, ainda que a competencia para a pronuncia houvesse de pertencer á camara em todos os outros casos, havia de exceptuar este: não haveria nada mais arriscado que era commetter a pronuncia a uma camara que naturalmente se acharia parcial a favor ou contra em um crime commettido por um seu collega, provavelmente em virtude de uma discussão acalorada, em que os partidos se tinham dividido como é costume, e pronunciado a favor ou contra. N'esta hypothese não só a

pronuncia feita por este tribunal era absurda, mas até inconveniente o direito de julgar; mas se este está na lei não lhe acrescentemos outro. Mas tudo isto são imaginações de que nada se conclue; e exclamou-se: pois a camara ha de demittir de si o privilegio, mandando a um juiz criminal pronunciar um dos seus membros, que commetteu um crime no seu proprio recinto!

Mas de que privilegio fallaes? Privilegio não o ha contra as leis. Não vêdes, eu o repito, que a questão é sempre a mesma, saber qual é a competencia; se houvesse legislação tão absurda que estabelecesse esse privilegio na hypothese figurada, eu na qualidade de legislador rejeitava-a e detestava-a (apoiados).

Mas um juiz inferior, outra hypothese, ha de ser juiz da pronuncia de que esta camara superior ha de ser o julgador? Isto é cousa que se diga! Parece realmente attentatorio da dignidade d'esta camara. Oh! sr. presidente, estas hypothesees fatigam. A competencia vem da lei, desde que ali marca a competencia, o juiz, que o é, não fica inferior a ninguém; e qualquer tribunal por não elevado que seja não lhe é superior, excepto no caso de recurso para elle se a lei o dá.

Mas as hypothesees não acabaram; outra e muito grave objecção se levantava por nova hypothese. Pergunta-se, e se o juiz não o pronunciar? O crime ficará impune. Esta expressão de remorso pela falta de pronuncia, esta expressão que abstractamente foi dita, descejava eu não ter ouvido! Se o juiz não pronuncia não ha crime, e a camara dos pares não tem réu a julgar; mas o crime fica impune. Como presume alguém que ha um crime? Mas visto que o querem, discutamos. Tambem eu faço agora uma pergunta. E se o tribunal da camara dos pares, sendo juiz de pronuncia, não pronunciar? Quando o juiz criminal de pronuncia no foro commum não pronuncia, eu conheço recurso do despacho, e a pronuncia pôde ser ordenada pelo superior legitimo: mas que recurso conheceis da camara dos pares em tribunal de justiça quando não pronunciasse? Vede como o vosso receio de impunidade está na vossa propria opinião. Mas não é tudo, eu creio que tambem descejas garantias para os accusados. Ora figuremos a pronuncia pelo juizo commum; o pronunciado tem recurso, e pôde por elle ser despronunciado, e tambem creio que admittis que esta garantia é preciosa para quem pôde injustamente ser pronunciado. Figure agora que um dos nossos collegas é pronunciado pelo tribunal dos pares: ha-vei de admittir a infallibilidade do tribunal, o que é absurdo, ou deixas sem recurso o vosso collegas para quem queires tantos privilegios? Pela minha parte eu rejeito tanto favor. Em uma palavra nada d'isto como se vê soffre a analyse.

Sr. presidente, eu não quero por fórma alguma tomar calor, nem o tomo, porque na qualidade de juiz só a placidez e a frieza são convenientes; não sei se me devo arrender de ter novamente tomado a palavra, porque eu mesmo conheço que a discussão saiu fora das raízes de um tribunal; mas todos viram como se argumentou, e eu pensei que era necessario responder, pois que a questão se desviou a tal ponto.

Se eu julgasse permittido figurar hypothesees arbitrarías para combater a opinião opposta, todos podem pensar o que poderia dizer.

Figure-se um tribunal constituído pela lei de 15 de fevereiro que só pensou no julgamento, e não na pronuncia; figure-se este tribunal sem guia, sem regra, e pense-se em que difficuldades se achará, não sendo compatíveis muitas das cousas que se praticam nos outros tribunales com a natureza e modo de ser da camara dos pares; mas isto é o menor inconveniente. Se pensarmos na difficuldade que havia nos corpos de delicto, e em geral na preparação do processo para a pronuncia; são taes as difficuldades, que se perde a imaginação: sobre isto podia fazer um milhão de hypothesees, mas não, não o farei.

O sr. visconde de Gouveia, depois de defender a sua opinião com tudo o que pertendi refutar, exclamou:—E quereremos nós estabelecer o precedente de demittirmos de nós o juizo da pronuncia! Tambem me surpreendi de lhe ouvir cousa similhante: pois não é s. ex.ª que pretende estabelecer um novo precedente? O precedente, conforme a minha opinião, está estabelecido pelo modo invariavel de entender a carta; s. ex.ª quer agora estabelecer um novo precedente.

Por ultimo tento a declarar francamente que, depois que quizeram fazer-me o favor de illustrar-me, fiquei muito mais firme na minha primeira opinião, isto é, que este tribunal não é competente para a pronuncia.

O sr. Eugenio de Almeida:—disse que pedi a palavra não com fim de combater as opiniões contrarias, nem movido pelo gosto de argumentar, mas unicamente pela intenção modesta de explicar aos seus collegas o motivo do voto que tinha de dar na sessão d'este tribunal.

Disse que, sendo a questão que se agitava, a da competencia d'este tribunal para regular o processo de que se tratava, d'esta questão se occuparia exclusivamente, arredando tudo quanto lhe era estranho.

Disse que para decidir esta questão se invocavam os precedentes, a carta constitucional, a reforma judicial e diversas leis; mas que elle, orador, não se occuparia dos precedentes senão quando visse que não tinhamos lei expressa para resolver esta questão. Nós devemos, disse o orador, attenção e respeito aos precedentes, mas devemos cega obediencia á lei que jurámos observar. Se pois nós tivermos na lei um preceito que regule o nosso procedimento não podemos guiar-nos por precedentes que lhe sejam oppostos. Ainda mais: temos a carta, e temos diversas leis. Se a carta constitucional resolver esta questão, nós não devemos tratar de examinar o que dispõem outras leis, cuja interpretação se deve fixar pela carta.

Disse que a carta apresentava dois artigos que tinham relação com a questão que occupava o tribunal, o artigo 27.º e o artigo 41.º (leu-os); e comparando um com o outro, examinando uma por uma as diversas partes de que elles se compõem, mostrou em uma longa discussão que o artigo 27.º tinha por fim regular os actos do juiz, e o artigo 41.º os d'este tribunal.

Mostrou depois, com muitos exemplos tirados da historia parlamentar das duas nações constitucionaes que mais avultam na Europa, a França e a Inglaterra, as razões que deviam levar o illustre auctor da carta a inserir n'ella a disposição do artigo 27.º, para que um poder estranho ao parlamento não dominasse os membros d'elle com pretexto de administrar justiça, como se vira na convenção nacional e no parlamento de Cronwell.

Passou depois a mostrar qual era o origem do artigo 41.º, que tinha por fim sujeitar os réus de uma certa gerarchia a um tribunal superior, ao qual não chegassem as influencias que podiam dominar n'uma região mais inferior. Mostrou que esta excepção não fora constituida para privilegio pessoal, mas para dar todas as garantias de uma justiça imparcial. Era uma desigualdade na fórma para dar a igualdade na essencia.

Citou uma serie de precedentes em apoio da sua opinião, tirados do tribunal da camara dos pares, em França, tanto sob o regimen da carta de 1814, como sob o regimen da carta reformada de 1830; desde o processo do marechal Ney até ao processo do duque de Praslin, que todos vinham mostrar que

a intelligencia, que se dera ao artigo da carta franceza que fora o origem do artigo da nossa carta, era a mesma que elle, orador, lhe dava.

E depois de muitas outras razões allegadas em favor da opinião que sustentava, o digno par concluiu que era da competencia d'este tribunal tomar conhecimento do processo no estado em que elle se achava.

O sr. Presidente:—este negocio por sua natureza não me parece que deva ser decidido em conferencia, mas sim publicamente, e assim temos primeiro a resolver se á camara dos pares, constituida em tribunal de justiça, pertence a instauração do processo preparatorio, e já se vê tambem o corpo de delicto, para o que será necessario virem aqui tabelliães reconhecer a letra da carta em que se baseia a querela.

Vou por consequente consultar a camara sobre o seguinte quesito:

É esta camara constituida em tribunal de justiça competente para tomar conhecimento da querela que foi já lida, e instaurar o processo preparatorio?

Os dignos pares, que entendem que sim, dizem *approvo*, e os que entenderem o contrario, dizem *rejeito*.

Disseram *approvo* trinta e dois dignos pares, a saber: marquezes de Fronteira, de Ficalho, e de Loulé, visconde de Benagazil, conde de Mello, marquez de Niza, conde de Penamacor, marquez das Minas, João de Almeida Moraes Pessanha, marquez da Ribeira Grande, visconde de Castro, D. Carlos Mascarenhas, visconde da Borralha, conde de Avilez, visconde de Balsemão, Francisco Simões Margiochi, visconde de Campanhã, visconde de Castellões, conde do Sobral, Joaquim Larcher, visconde de Athougia, conde de Azinhaga, D. Pedro de Meneses Brito do Rio, José Maria Eugenio de Almeida, conde da Ponte, marquez de Vallada, conde de Mesquitella, D. Antonio José de Mello, visconde de Ovar, conde de Linhares, Luiz do Rego da Fonseca Magalhães, e visconde de Gouveia.

Disseram *rejeito*, quatorze dignos pares, a saber: marquez de Ponte de Lima, conde do Farrobo, barão da Arruda, conde de Bomfim, barão de Porto de Moz, condes da Ponte de Santa Maria, e de Vimioso, Felix Pereira de Magalhães, conde da Archella, Antonio de Macedo Pereira Coutinho, Thomás de Aquino de Carvalho conde de Peniche, visconde de Fornos de Algodres, e Julio Gomes da Silva Sanches.

O sr. Procurador geral da coroa:—Requeiro novamente a v. ex.ª que se digne de propor ao tribunal a nomeação de um juiz relator, que é a primeira cousa que me parece ha a fazer; porque é elle que ha de fazer com que o processo siga os seus tramites, e é com elle que o ministerio publico se ha de directamente entender.

O sr. Presidente:—O sr. procurador geral da coroa requer que se nomeie já um relator. A lei de 15 de fevereiro de 1849 determina que n'estes processos se proceda, em tudo em que for applicavel, como se acha estabelecido na novissima reforma judiciaria e mais legislação em vigor, para o julgamento dos crimes de que conhece o supremo tribunal de justiça e as relações; e n'este caso desejo saber se o relator ha de ser nomeado á sorte, ou por moto proprio do presidente, o que não me parece regular...

(Pausa.)

No supremo tribunal de justiça a nomeação do relator é, a par de certas circumstancias, tirada á sorte, circumstancias, que aqui se não dão; mas seja como for, tomo a liberdade de lembrar que, para juiz relator, deve ser nomeado um homem de lei, e sobre a fórma o tribunal resolverá.

O sr. Visconde de Balsemão:—Parece-me escusado consultar a camara sobre a nomeação de relator, porque, quanto a mim, a disposição do artigo 10.º do regimento interno d'esta camara, constituida em tribunal de justiça, é clara, e não pôde admittir duvidas. O artigo diz (leu).

O relator pois é um dos membros da commissão nomeada em escrutinio secreto, e é a esse relator que o sr. presidente, fixada a lista dos juizes, ha de entregar o processo.

O sr. Presidente:—Estou em duvida sobre se esse artigo 10.º do regulamento interno d'esta camara, constituida em tribunal de justiça, pôde ainda vigorar, depois da lei de 15 de fevereiro de 1849.

O sr. Visconde de Balsemão:—Para que qualquer disposição de lei deixe de vigorar, é preciso que seja expressamente revogada, mas se a disposição do artigo 10.º do nosso regulamento o não foi pela lei citada de 15 de fevereiro, creio que não pôde haver duvida, e que essa disposição está em vigor.

O sr. Procurador geral da coroa:—As distribuições dos feitos nos tribunales judicias é feita de um modo, que me parece se não poderá aqui seguir; porque ali, segundo o preceito da reforma judiciaria no artigo 797.º, com referencia aos artigos 694.º e 695.º, á distribuição é feita segundo a precedencia dos juizes, sem nunca se alterar essa ordem, sob responsabilidade do presidente; mas n'esta camara não ha precedencia, porque os seus membros são pares, isto é, são iguaes, e sendo assim, entendendo se deverá para a nomeação de juiz relator adoptar a fórma estabelecida no invocado artigo 10.º do regimento d'esta camara, o qual n'esta parte não considero revogado pela lei de 15 de fevereiro de 1849, que só manda observar n'esta camara aquellas disposições da reforma judiciaria, que lhe puderem ser applicaveis. Pediria por tanto que se executasse o disposto no artigo 10.º do citado regulamento.

O sr. Visconde de Gouveia:—Entrado ha pouco para esta camara, não tinha ainda conhecimento d'este nosso regulamento, mas agora, que o vejo, tambem me parece que o artigo 10.º se deve executar na parte em que pôde conformar-se com a lei de 1849. No entanto, segundo o disposto no artigo 6.º, a primeira cousa a fazer seria o sr. presidente nomear d'entre os pares dois adjutos, para o coadjuvarem na instrução do processo.

O sr. Presidente:—Não sei se está demais, e attento o negocio, que na actualidade nos occupa, o nomear esses dois adjutos, de que falla o artigo 6.º, que o digno par citou; no entanto se a camara quizer, nomear-se-hão.

O sr. Visconde de Gouveia:—Não contesto que não tenha estado nos costumes d'esta casa o nomear os dois adjutos, mas visto que o determina o nosso regimento, parecia-me que se deveriam nomear, e depois a commissão d'onde deve sair o relator (apoiados).

O sr. Presidente:—Em vista das reflexões expandidas e assentimento do tribunal, vou nomear os dois adjutos, e serão elles os dignos pares os srs. visconde de Gouveia e barão de Porto de Moz.

O sr. Visconde de Gouveia:—Eu peço á camara que me dispense do cargo para o qual v. ex.ª me fez a honra de me nomear. Novo e inexpiente como sou n'estes objectos, e em um processo de tal importancia, mal poderia preencher o que de mim se exigiria. Espero da benevolencia da camara, que por interesse mesmo da causa, e com attenção a tantos antigos magistrados, que aqui se sentam, me dispense de tal honra.

O sr. Presidente:—A escusa, pedida pelo digno par, procede da sua mui delicadeza e modestia (apoiados); mas o tribunal, apreciando as qualidades de s. ex.ª, de certo lhe não poderá admittir a sua escusa, tanto mais que nós aqui todos somos iguaes, como a palavra, par, o designa.

O sr. Visconde de Athougia:—O sr. procurador

geral da coroa mostrou que na eleição a que se vae proceder não era possivel seguir-se a pratica do supremo tribunal de justiça em circumstancias analogas, e dar assim cumprimento ao que é conditionalmente determinado na lei de 15 de fevereiro de 1849; não se segue porém que a eleição seja feita á sorte, este methodo é inopportuno, e daria em resultado provavelmente grandes inconvenientes que se não dão se v. ex.ª mandar executar o regimento d'esta camara quando se constitue em tribunal de justiça, e é que o relator seja nomeado pela commissão que deve ser eleita por escrutinio secreto; é o que se lê no regimento, e não vejo motivo para que se lhe não de execução.

O sr. Eugenio de Almeida:—Depois do que o sr. presidente acabou de dizer, o que se segue é nomear o relator; e como este objecto está definido no regimento da casa, parece-lhe que é desnecessaria qualquer discussão. Comtudo ha um ponto, que não está definido; e a respeito d'elle pede ao sr. presidente que consulte o tribunal sobre o numero dos membros de que deve compor-se essa commissão. E propoz que fosse de sete (apoiados).

O sr. Barão de Porto de Moz:—Acabo agora de saber no corredor, que v. ex.ª me tinha nomeado para adjuto; mas v. ex.ª sabe melhor do que ninguém, que eu não posso comparecer muitas vezes na camara pelo mau estado da minha saúde; e por tanto não posso de maneira alguma aceitar esse cargo, e em vista da razão que acabei de expor, espero que haja de me dispensar pelo conhecimento que v. ex.ª tem de que estou doente, tendo-me feito a honra de visitar-me algumas vezes, achando-me de cama, por enfermo.

O sr. Presidente:—eu estou ao facto dos inconvenientes do digno par, mas não os julgava tão graves, que não podesse exercer o cargo, para que o nomeei; no entanto, dando a devida attenção á exposição, que s. ex.ª acabou de fazer dos seus padecimentos, ponho á votação do tribunal a dispensa, que pediu, para, sendo concedida, nomear outro adjuto, se me auctorisa para eu o fazer...

Creio que deixam isso ao meu arbitrio (apoiados). Pois então nomearei o sr. visconde de Fornos.

O sr. Visconde de Fornos de Algodres:—sr. presidente, se v. ex.ª me permittisse fallar, diria que eu não me escuso do serviço publico, porque nunca me eximi d'elle; mas, parecia-me sendo esta camara composta de tantos dignos pares, habilitados para tratar este objecto, eu podia, attentas as circumstancias especiaes em que me considero, e á singularidade da minha opinião, ser dispensado d'este encargo, cuja legalidade não posso reconhecer; e por tanto entendo que estas considerações talvez influam para que v. ex.ª possa nomear outra pessoa em meu logar, se assim o julgar conveniente, para evitar outras consequencias que já prevejo.

O sr. Presidente:—eu tenho muita contemplação com v. ex.ª, mas permitta-me que lhe diga, que por essas considerações não lhe posso conceder a escusa, que pede.

Queira o sr. escrivão Constancio fazer a chamada dos dignos pares juizes, para se proceder á eleição da commissão de sete membros, por escrutinio secreto.

Feita a chamada, verificou-se terem entrado na urna 44 listas, e corrido o escrutinio foram eleitos os dignos pares: José Maria Eugenio de Almeida, com 41 votos; visconde de Castro, com 41; visconde de Gouveia, com 38; conde de Peniche, com 38; Joaquim Larcher, com 34; e João de Almeida Moraes Pessanha, com 31.

O sr. Presidente:—como não estão já presentes dois membros d'esta commissão, devo dizer ao sr. procurador geral da coroa, que não se pôde nomear agora o relator, na conformidade da lei, que indicou; assim como tambem ao sr. escrivão, que ha de fazer os autos conclusos, para opportuna e legalmente se lavrar o competente accordo para ser depois assignado por todos os dignos pares juizes. Está levantada a sessão.—*Erão seis horas da tarde.*

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes na sessão do dia 10 de maio de 1860, 4.ª em tribunal de justiça

Os srs. visconde de Laborim, marquezes de Ficalho, de Fronteira, de Loulé, das Minas, de Niza, de Ponte de Lima, da Ribeira, de Vallada; condes de Arrochella, de Avilez, da Azinhaga, do Bomfim, do Farrobo, de Linhares, de Mello, de Mesquitella, de Penamacor, de Peniche, da Ponte, da Ponte de Santa Maria, do Sobral, de Vimioso; viscondes de Athougia, de Balsemão, de Benagazil, da Borralha, de Campanhã, de Castellões, de Castro, de Fornos de Algodres, de Gouveia, de Ovar; barões, da Arruda, de Porto de Moz; Mello e Saldanha, Pereira Coutinho, D. Carlos Mascarenhas, F. P. de Magalhães, Margiochi, Moraes Pessanha, Larcher, Eugenio de Almeida, Silva Sanches, Fonseca Magalhães, Brito do Rio, Aquino de Carvalho.

# CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 26 DE MAIO

PRESENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTIRES

A meia hora da tarde verifica-se, pela chamada, estarem presentes 84 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações de voto:

1.ª Declaro que na sessão de hontem votei contra a moção do sr. deputado Pinto Coelho em todas as suas partes.

Lisboa, aos 25 de maio de 1860.—*Fernando Luiz Mousinho de Albuquerque*, deputado por Leiria.

2.ª Declaro que votei a favor da moção do sr. deputado Pinto Coelho, apresentada na sessão de hontem, salvo o primeiro *considerandum*.—*Conde da Torre*, deputado pelas Caldas da Rainha.

3.ª Declaro que na sessão de hontem votei contra a proposta do sr. Pinto Coelho, e votaria pela do sr. Arrobas.

Camara, 26 de maio de 1860.—*Ferraz de Miranda*.

4.ª Declaro que se estivesse presente á sessão de hontem, votaria tanto contra a moção do sr. Arrobas, como contra a do sr. Pinto Coelho, sendo o meu voto a publicação de todos os documentos concernentes á moeda falsa, com as clausulas indicadas na proposta do sr. João de Mello.

Lisboa, 26 de maio de 1860.—*José Estevão*.

5.ª Declaro que se se votasse a proposta do sr. Pinto Coelho por questões, como requeru o sr. Arrobas, approvava a primeira parte que diz:

«Considerando que nada resulta d'elles em relação ao objecto em discussão;»

E que rejeitava a segunda parte que diz:

«Considerando que a publicação seria por agora ao menos inconveniente.»

Declaro que se se propozessem á votação as propostas dos srs. Xavier da Silva e Arrobas, as approvava com toda a força da minha convicção.—*F. L. Gancho*.

Mandam-se tambem lançar na acta as seguintes declarações:







à camara pelo ministerio das obras publicas todos os documentos, que dizem respeito ao contrato Langlois, desde que foram apresentadas as propostas respectivas.—Antonio José d'Avila.

O sr. Presidente:—não é necessario submeter este requerimento à votação da camara, porque a mesa está autorizada a dar-lhe seguimento.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—é mesmo desnecessario o requerimento, por isso que não tem duvida de trazer à camara todos os documentos que dizem respeito a esta materia.

Vae redigir a proposta de adiamento que vocalmente tinha annunciado à camara, para esta sumamente a discussão do objecto até que o governo obtenha os esclarecimentos necessarios dentro do mais breve espaço de tempo (Vozes:—E bom fixar o prazo: oito dias). Pôde-se fixar o prazo de oito dias, porque se for necessario mais algum tempo, pedi-lo-ha o governo.

Acredita que o sr. deputado não quiz arregar censura ao governo apresentando o facto do contrato celebrado em Paris; não foi de certo essa a intenção de s. ex.; entretanto lá fora podiam-se tirar inferencias que podiam prejudicar o credito de pessoas que embora estejam acima d'essas insinuações, a malavocencia podia lançar mão d'essa arma.

Em quanto ao facto de ser necessario que a camara rejeite o contrato, não é juriconsulto, não sabe se haverá algum facto que invalide o contrato e que obrigue o governo a rescindi-lo; mas elle ha de vir à camara, e esta ha de rejeita-lo senão medecer a sua aprovação, e foi esta mesma a opinião que sustentou com relação às modificações apresentadas por Peto ao seu contrato.

O sr. Lobo d'Avila:—n'esta questão acha-se n'uma posição particular. Teve n'ella toda a reserva; não assistiu às sessões da comissão, não assignou o parecer, nem tomou parte na discussão em quanto se tratou do contrato; mas desde que a questão tomou o caracter de pessoal, pelas relações que o ligam com um dos individuos a que se alludiu, entendeu que era do seu dever aclarar a verdade, e concorrer para que o caracter d'esse individuo saísse completamente illibado d'esta questão.

O sr. ministro acabou de referir-se a inqueritos e investigações que quer fazer sobre factos menos regulares que se deram a respeito d'este negocio das estradas; deseja que s. ex.ª diga se esses inqueritos e averiguações se referem unicamente ao contrato que foi publicado no *Journal do Commercio*, ou a outras reflexões que se fizeram, porque vê hoje n'um jornal de Lisboa interpretadas de um modo desvantajoso as palavras que proferiu quando fallou na questão incidente. E por esta occasião não pôde deixar de protestar contra a inexactidão do extracto publicado no *Diario de Lisboa*, e não attribua a quem o fez a menor intenção de alterar os factos, antes reconhece que não é possível, com a pressa com que são feitos os extractos de um dia para o outro, colligir todas as idéas com exactidão completa. Declara, pois, que não toma a responsabilidade do que se acha publicado no *Diario de Lisboa* com referencia ao primeiro discurso que pronunciou, e não julga que ninguém tenha o direito de lhe impor essa responsabilidade, por isso que não viu as provas do que ali se publicou, foi completamente estranho à redacção do extracto.

Diz-se o seguinte no jornal de hoje a que allude: «Mas desde que os chefes da opposição reduziram os ditos e asserções positivas e se comprometeram a apresentar as provas, desde que o sr. Lobo d'Avila veio confessar, em pleno parlamento, que seu sogro o sr. visconde de Orta, associado ao sr. José Izidoro Guedes, tinha tentado fazer um conlloio, nós não podemos deixar de admitir a possibilidade de que Langlois tivesse feito um conlloio com Vitali.»

A vista d'esta publicação, que é assignada por um empregado do gabinete do sr. ministro das obras publicas, o que portanto lhe dá um caracter official, entendeu que era do seu dever provocar algumas explicações da parte do sr. ministro, e dá-las tambem da sua parte a respeito dos factos referidos.

O que se passou não foi conlloio algum, nem fallou em nome de pessoa alguma, senão do sr. visconde de Orta, e por elle foram unicamente assignadas as cartas que appareceram publicadas.

A historia das cartas do Visconde de Orta é a seguinte:

Um negociante de Castello Branco, o sr. Montoia, veio procurar o visconde de Orta para ver se por intervenção d'elle obtinha a empreitada pelo preço do contrato, da estrada d'aquella cidade à Guarda, que estava comprehendida no contrato Langlois; para tratar d'este negocio escreveu o visconde de Orta o primeiro bilhete ao sr. Bernardino Martins.

Este senhor veio ao escriptorio do visconde e disse, depois de ouvir aquillo de que se tratava, que nada podia fazer sem conferencia com mr. de Thanneberg, que tinha os poderes de mr. Langlois. Demorou-se alguns dias em dar a resposta, e como o sr. Montoia instasse por uma resolução, escreveu o visconde de Orta a segunda carta convocatoria. N'esta segunda entrevista nada se decidiu, pois se disse que mr. Langlois não dera procuração para ajustar empreitadas parciais, mas só para arrematar em praça o contrato; todavia fallou-se de que se esperava a procuração com poderes amplos, e que então se trataria quando ella chegasse. Tardando tambem esta segunda resposta, isso motivou a terceira carta do visconde de Orta, em que recommenda que tragam a procuração de mr. Langlois, mas só com o fim de se concluir a negociação relativa à estrada de Castello Branco à Guarda. N'esta conferencia nada se decidiu, porque não appareceu a procuração; e o visconde de Orta communicou-lhe, por essa occasião, que estava resolvido a ir à praça com o sr. José Izidoro Guedes. Eis a verdade dos factos a que se referiu na ultima sessão em que fallou.

Por ventura ha aqui algum conlloio, alguma promessa para o caso de desviar alguém da praça? Se havia interesse em desviar alguém da praça, era da parte de quem tinha o contrato e não de qualquer outra empresa. Não apparece por tanto promessa nem cousa alguma que possa ser qualificada de conlloio, nem nunca disse na camara que tinha havido accordo para ir licitar a praça. O que disse foi, que não julgava que o facto dos capitães se associarem para concorrer à praça, fosse susceptivel de incriminação, tanto que o sr. ministro das obras publicas tinha annunciado na camara com regosio de s. ex.ª, dos seus amigos e de todos que se interessavam por aquella empresa, que mr. Parent se tinha associado a Salamanca para o negocio do caminho de ferro e não viu que ninguém incriminasse esse facto.

Pede desculpa à camara de ter feito estas reflexões, mas ella ha de attender à posição especial em que se acha, e fazer justiça às suas intenções. Lê-se na mesa a seguinte proposta do sr. ministro das obras publicas:

«Propoño o adiamento do projecto em discussão, até que se averigue por parte do governo, sobre as differentes accusações feitas a tal respeito, ficando contudo o projecto em ordem do dia.—A. de Serpa.»

Decide-se que esta proposta substitua na discussão a do sr. Barros e Sá.

O sr. Carlos Bento:—apesar de que o sr. ministro das obras publicas quasi todas as vezes que tem fallado, tem feito allusões ao que se passou na repartição do ministerio das obras publicas, antes da sua entrada para o ministerio, se s. ex.ª reflectir

bem sobre o que tem dito, achará que tem respondido a si proprio. Se o mandar consultar sobre um objecto, um corpo composto das maiores notabilidades do paiz, no ramo que dirigem, é tomar compromisso de approvar aquillo sobre que esse corpo é consultado, o primeiro acto do sr. ministro deve ser supprimir o conselho de obras publicas.

Estando o sr. ministro das obras publicas persuadido de que este contrato é bom, a modestia pede que elle, orador, não possa aceitar o cumprimento de s. ex.ª, de o querer fazer participar da gloria que a s. ex.ª cabe, e que lha ceda toda.

A prova de que este contrato não podia ser aprovado, está em que já não se quiz contratar a proposta que em outra epocha se apresentou com relação ao caminho de ferro, de que o caminho de ferro havia de ser calculado por certo preço por kilometro, ficando de parte as obras de arte, e n'este contrato existe precisamente a mesma condição....

O sr. Presidente:—adverte o sr. deputado que está fóra da ordem.

O Orador:—lé a seguinte proposta:

«Propoño que o adiamento fique em discussão conjuntamente com o projecto do contrato Langlois.—O deputado, Carlos Bento da Silva.»

Os dois assumptos têm immediata relação, e por consequencia parece-lhe que está na ordem, sustentando a sua proposta, o que não pôde fazer senão demonstrando essa intima relação; e tanto mais que o sr. ministro das obras publicas para sustentar o adiamento fez referencia ao contrato e á parte historica d'este negocio. Deveria haver alguma benevolencia com um deputado que tem de dar explicações, porque tambem está em uma posição especial.

Vota pelo adiamento como um primeiro passo para a rejeição do projecto, e não o quer como um meio de o approvar.

Está claro que os srs. ministros não têm nada que fazer agora com o projecto, senão mostrar os fundamentos que tiveram para o approvar; e não está de accordo com o que o sr. ministro disse: que o governo havia de trazer este projecto à camara para o fazer rejeitar. O governo está persuadido de que o projecto é bom, e se a camara o rejeita retira-se elle se quizer. Se o contrato é mau, o sr. ministro adiantou-se muito para ter a sua acção livre completamente; quem a tem é o parlamento, porque não tem nenhum compromisso.

O projecto nunca poderia ser apresentado senão depois de em conselho de ministros se ter discutido sobre elle, e principalmente estando de accordo o sr. ministro da fazenda acerca da parte financeira, que já se disse ser a sua maior belleza, quando no fim de contas consiste em crear mais algumas inscripções, ao que é preferivel o systema seguido na construção de algumas estradas por parte do actual sr. ministro das obras publicas, e por parte do sr. ministro do reino, quando em outro tempo estava gerindo a pasta das obras publicas.

Por todas estas razões vota contra o contrato. Em todas as allusões que se têm feito, não vê culpabilidade de ninguém, vê só uma cousa, isto é, que o negocio convidava a debaterem-se fortemente os interesses, e que o contrato offerece taes vantagens que os concorrentes devem empregar meios energicos contra a sua adjudicação, o que não é crime, mas antes uma fortuna. E n'estas circunstancias o que queria era que as cousas se estabelecessem de maneira que fosse necessario outro concurso, uma vez que ha tantos concorrentes, e que de tantos que havia veiu a ficar só um em campo por uma má intelligencia que se deu á lei.

Manda a proposta para a mesa e confessa francamente que a fez para ter occasião de se explicar. Lê-se na mesa, e considerada como requerimento, é logo aprovada.

Alguns srs. deputados cedem da palavra sobre a ordem.

O sr. Moraes Carvalho:—se ambas as cousas estão em discussão, pede que a inscripção sobre a materia vingue.

O sr. Presidente:—diz que para isso é necessario resolução da camara.

Consultada a camara a este respeito, resolve negativamente.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—precisa responder a algumas perguntas que lhe foram dirigidas.

Se o governo visse nos documentos que foram publicados algum acto que podesse ser incriminado, de certo que estando as cartas publicadas ha dias já tinha feito proceder como lhe cumpria; mas, como quanto não seja juriconsulto, parece-lhe que nada ha a esse respeito que possa ser incriminado.

Do facto de um cavalheiro, que é secretario do gabinete das obras publicas, ter escripto aquelle artigo que um illustre deputado leu, parece-lhe que lhe pode resultar a mesma responsabilidade que dos escriptos do illustre deputado, que é secretario do conselho de obras publicas, de que elle, sr. ministro, é presidente: embora esse artigo venha em um jornal que sustenta o governo, não pôde responder pelo que nos jornaes se escreve.

A responsabilidade do contrato é toda do governo, e ninguém a quer dar ao sr. Carlos Bento; mas o facto é que s. ex.ª mandou consultar os corpos technicos e fazer uma norma do contrato.

O governo já declarou que não fazia obra pelo que se dizia nos jornaes a respeito das pessoas que contravam, e não fez obra pelo que disse um jornal, mas pelo que pessoas autorizadas, como o sr. Avila, disseram na camara, que havia escandalos, e que viram os documentos.

Parece-lhe que não se expressará de uma maneira que traduzisse completamente a sua intenção, quando disse que o governo havia de trazer à camara o projecto para ella o rejeitar. O governo não pôde trazer o projecto porque já está na camara, e o que dizia, ou quizera dizer, era que não havendo motivo para o annullar, ha de ser a camara que o ha de rejeitar.

Acha regular que o contrato se discuta com o adiamento, porque não é possível separar o adiamento da materia principal; mas não acha regular que depois da discussão do adiamento se discuta outra vez o contrato.

O contrato é bom, e os povos que têm requerido a sua approvação têm direito de ser satisfeitos nos seus desejos: o governo ha de concorrer para isso com todas as suas forças, e comprometter-se a não abandonar esse negocio mesmo no caso em que não seja possível approvar-se o contrato com um determinado individuo.

O sr. Xavier da Silva:—tinha-se inscripto para fallar contra o contrato, por entender na sua consciencia que elle envolvia disposições que não são convenientes á causa publica, e dá parabens ao governo por vir pedir o adiamento d'este objecto até se informar de todas as circunstancias que se dão com relação ao assumpto.

Este facto prova consideração pela discussão parlamentar, faz honra aos srs. ministros, e deve servir de lição para aquelles que ainda não ha muitos dias tomavam como opposição acintosa o combater o contrato.

O governo, ou porque as razões apresentadas na discussão lhe fizeram peso, ou porque o contrato que appareceu publicado, e ao qual na camara tinha havido referencias, entendeu que era assumpto que devia ser examinado vindo pedir o adiamento da discussão até se informar sobre o que a este respeito havia, obrou como devia (apoiados).

Não é pelo facto do conlloio ou *casado* que rejeita o contrato; mas como o governo pede algum tempo para se informar, e como tinha empenhado a sua palavra, em que se acaso se podesse conhecer ou provar que no contrato havia alguma cousa escandalosa, não era intenção sua leva-lo por diante, seria da parte da camara um acto que não podia reputar regular o combater a proposta de adiamento que o governo apresenta; e ainda que se approvou uma proposta para, conjuntamente com a questão do adiamento, se discutir tambem o contrato, parece-lhe que não é esta a occasião de se poder com todo o vagar examinar as clausulas do mesmo contrato.

Parece-lhe que da parte da camara devia haver toda a delicadeza para se não entrar n'esta questão, e esperar que da parte do governo se viesse declarar, se continuava a sustentar o mesmo contrato ou se o retirava.

Approva, pois, o adiamento, nem lhe parece que fosse necessario levar a camara muito tempo n'esta discussão, até mesmo porque a pratica é que as propostas do governo existem em discussão em quanto o governo as sustenta.

O sr. Palma:—requer que a materia se julgue discutida.

Assim se resolve, e posto a votos o adiamento proposto pelo sr. ministro das obras publicas, é aprovado.

O sr. Presidente:—declara que o sr. Avila lhe havia pedido a palavra para dar uma explicação de facto pessoal, mas que não podendo, segundo o regimento conceder-lhe a palavra, ia consultar a camara a este respeito.

A camara resolve que se dê a palavra ao sr. deputado.

O sr. Avila:—tem apenas a dizer duas palavras, e estima que esteja presente o sr. ministro do reino. O sr. ministro do reino notou, que no discurso que elle, orador, havia feito sobre o contrato que acaba de ser adiado, fizera uma referencia a uma resolução tomada no conselho d'estado, e achára que isto era um pessimo precedente.

A camara comprehende que na qualidade de conselho d'estado não podia deixar de explicar o facto, e mostrar que qualquer censura que sobre si podesse recair das palavras do sr. ministro, lhe não pertencia.

Não fallou em resoluções do conselho d'estado, mas sim nas resoluções de um alto corpo do estado, com quanto se referisse ao mesmo conselho de estado.

O sr. ministro das obras publicas desejou ouvir a opinião dos membros do conselho d'estado sobre a exposição que vem junta aos documentos que foram impressos com o projecto sobre o contrato Langlois, e esta exposição foi lida n'uma conferencia dos membros do conselho d'estado. O resultado d'esta conferencia não foi apresentado ao chefe do estado, como costumam ser os pareceres d'aquelle corpo, e então já se vê que o negocio não passou de uma mera conferencia entre os membros do mesmo conselho.

O sr. ministro acabará de dizer que não responde pelo que publicava um empregado seu; mas o que é verdade é que este cavalheiro n'um artigo que publicou na *Revolução de Setembro*, e em resposta a uma carta do sr. Izidoro Guedes, que foi publicada no *Journal do Commercio*, declarou que tomava a responsabilidade do que havia avançado em um anterior artigo a respeito do conselho d'estado, e era que o conselho d'estado tinha contado o prazo da mesma maneira que o governo; e ninguém podia deixar de attribuir a taes publicações uns certos visos officiaes pelo caracter official que tinha o empregado que as escrevia. E fóra em consequência d'isto que, quando fallou, se referiu a este objecto.

Mas o seu fim é repellar qualquer imputação que lhe podesse provir das palavras do sr. ministro do reino, porque d'ellas se podia suppor que um conselho d'estado tinha vindo revelar o que se passava no mesmo conselho: mas não se trata senão de uma conferencia de conselheiros d'estado, e infelizmente tinha-se publicado exactamente o contrario.

A outra explicação que tem a dar é a seguinte: No calor do debate paeeu-lhe que algum dos seus collegas da comissão de fazenda lhe fizera uma censura, por elle, orador, não ter apresentado na comissão as observações que veiu apresentar à camara contra o contrato.

Pôde dizer à camara, que posteriormente ao dia em que este negocio foi tratado na comissão, é que teve conhecimento do documento a que na discussão se referiu, e não lhe pareceu necessario ir incommodar os seus collegas, reunindo-os, para lhes mostrar esse documento.

Da sua parte não houve deslealdade nenhuma para com os seus collegas da comissão, que o têm sempre tratado com muita benevolencia, e com quem tem vivido na melhor harmonia.

O sr. Ministro das obras publicas (Antonio de Serpa):—tendo o illustre deputado alludido ao que se diz em alguns artigos de um jornal escriptos por um empregado do ministerio das obras publicas, tem a dizer que o governo não pôde ser responsavel pelo que escrevem os seus empregados sejam embora de confiança ou não. Sabe que a maior parte dos artigos d'este cavalheiro são muito bem escriptos, que elle é um escriptor correcto, mas ha muito que não tem tempo para ler os seus artigos.

É necessario assentar o principio de que ninguém é responsavel por um artigo de um jornal se não quem o escreve. O governo não toma a responsabilidade do que se diz nos jornaes, e por consequente não tem mais nada a dizer.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—pediu a palavra por ser a elle, orador, que o illustre deputado o sr. Avila mais particularmente se dirigiu em relação a algumas expressões que soltára n'uma das sessões passadas e que s. ex.ª julgou conveniente levantar agora, e por isso dirá o que lhe parece ser justificação do seu procedimento.

Não gosta, depois de alguns dias de intervalo, e quando os animos estão todos a sangue frio, de voltar ao que se passou nas sessões um pouco acaloradas e nas quaes é possível que de uma e de outra parte se usasse de algumas expressões vehementes. Fizera então alguns reparos, e não chegou a fazer censuras, porque não costuma censurar ninguém, sem embargo de ter direito de emitir as suas opiniões sobre as opiniões dos outros. Contudo como illustre deputado se referiu a uma declaração que, elle orador, fizera de que não lhe parecia razoavel que na camara se revelassem circunstancias passadas n'um alto corpo do estado, e como s. ex.ª o disse, este alto corpo do estado referia-se ao conselho d'estado, não ha duvida alguma que tambem n'aquella occasião se referiu a elle.

Sendo ocioso e até ridiculo negar o que todos presenciaram, disse então, para justificar as suas intenções, e acreditando que as suas palavras não podiam ferir a susceptibilidade de pessoa alguma, que a razão porque sustentava aquella opinião, foi porque a conferencia dos conselheiros d'estado effectivos, e sobre tudo a conferencia do conselho d'estado politico, que não pôde existir senão quando é autorizada pelo chefe do estado, tem na sua opinião uma natureza de segredo que não comporta, que sobre o que ali se passa venham fazer-se revelações.

Todos sabem que o conselho d'estado politico se reúne sob a presidencia do chefe do estado ou com

autorização de Sua Magestade, e as decisões que ali se tomam são levadas ao conhecimento do chefe do estado para tomar sobre ellas uma resolução definitiva de accordo com o governo; e n'estes termos debaixo d'estas impressões, d'esta opinião e segundo estes principios, disse que lhe parecia inconveniente revelar em publico o que se tinha passado particularmente. D'aqui por diante não diz mais nada. E estas poucas palavras disse-as sómente pelo desejo que tem de mostrar à camara, sem animo algum de offender qualquer dos membros d'ella, que emittiu uma opinião que julgou e julga ainda a mais razoavel e a mais conveniente.

Quanto porém ás declarações que em alguns jornaes tem feito um cavalheiro que é empregado no ministerio das obras publicas, já o seu collega, encarregado d'esta repartição, disse, e disse com fundamento, e de certo com assentimento do illustre deputado e de toda a camara, que não pôde o governo ser responsavel pelas opiniões particulares emitidas por individuos que, embora sejam funcionarios publicos, tomam o exercicio de jornalistas (apoiados). Não cre que d'isto se possa fazer crime ou arguição ao governo (apoiados). Se tantos funcionarios publicos, empregados em diversas secretarias d'estado, e que exercem funções mais ou menos de confiança do governo, escrevem contra o governo; porque não ha de ser permitido que um funcionario, empregado tambem n'uma secretaria d'estado, e que tem a confiança do governo, escreva e emitta tão livremente, como os outros, as suas opiniões (apoiados)? Não vê n'isto censura a ninguém. Respeita o direito de todos; gosta mesmo que esse direito se exerça livremente (apoiados); e não está nas suas intenções pretender de modo algum actuar sobre o animo de qualquer pessoa que seja, para que deixe de escrever como entenda, conservando-se no seu emprego (apoiados); mas quer que isto mesmo seja applicado igualmente a todos (apoiados); deseja que isto seja applicado igualmente aquelles que, pensando de outro modo, escrevem a favor do governo (apoiados).

Isto é uma cousa singela, mas entendem dever dizer estas duas palavras unicamente para mostrar à camara qual o modo por que o governo entende este objecto.

Terminado este incidente passa-se à discussão do projecto n.º 31, que é o seguinte:

Senhores.—A comissão de administração publica foi presente a proposta do governo, renovando a iniciativa da que apresentará na ultima legislatura, para ser autorizada a camara municipal da Anadia a contrahir um emprestimo de 2.000\$000 réis, a fim de ser applicado à construção de uma estrada que communiche aquella villa com a estrada de Coimbra ao Porto, passando por Arcos e Famação, e seguindo em direitura a S. Lourenço do Bairro e Ois do Bairro, applicando-se igualmente para esta obra o rendimento do legado da antiga ponte de Avelas de Caminho, que era destinado a sua conservação. Anteriormente aquella proposta já o sr. deputado Agostinho Rodrigues Soares Cancellaria havia tambem apresentado uma, renovando a iniciativa do projecto de lei approvado pela camara transacta no mez de maio de 1859, sobre o mesmo assumpto.

A comissão considerando: 1.º, que se deve facilitar por todos os meios possiveis a construção de vias de communicação; 2.º, que a obra de que se trata é de muita vantagem não só para o conselho da Anadia, mas tambem para as terras vizinhas; 3.º, que o processo d'este negocio se acha instruido nos termos regulares com audiencia do conselho de districto, que por unanimidade approvou a obra; 4.º, que a camara municipal fica habilitada com os meios necessarios para o pagamento dos juros e amortisação do emprestimo; e 5.º, finalmente, que não ha inconveniente em se applicar para a obra o rendimento do legado da antiga ponte de Avelas de Caminho (o qual consta de varios predios rusticos que rendem annualmente 7\$800 réis, e do capital de 12\$600 réis a juro), por isso que com a nova estrada de Coimbra ao Porto e sua directriz mais para o ponte aquella ponte ficou inutilizada, construindo-se outra sobre o mesmo rio, que por muitos annos não careceria de reparos: por todos estes motivos, é a comissão de parecer que se deve approvar a proposta do governo, convertendo-se no seguinte

#### PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É autorizada a camara municipal da Anadia, districto de Aveiro, para contrahir um emprestimo da quantia de 2.000\$000 réis em metal com o juro que não exceda a 6 por cento ao anno.

Art. 2.º O producto do emprestimo de que trata o artigo antecedente será exclusivamente applicado à construção de uma estrada que ligue aquella villa da Anadia com a estrada de Coimbra ao Porto, passando por Arcos e Famação, e seguindo em direitura a S. Lourenço do Bairro e Ois do Bairro.

Art. 3.º O emprestimo poderà realizar-se por series ou prestações, á proporção que as sommas forem necessarias para a despeza com as indicadas obras, e segundo parecer conveniente ao conselho de districto.

Art. 4.º As obras para que é destinada a somma do emprestimo poderà fazer-se por administração ou arrematação em hasta publica, no todo ou em parte, como for melhor, conforme as regras e instrucções dadas pelo conselho de districto.

Art. 5.º Para segurança do emprestimo ficam em geral hypothecados todos os bens e rendimentos da camara municipal. E para a amortisação do capital e pagamento de juros do dinheiro mutuado é especialmente consignada a quantia de 6 por cento addicionaes ás contribuições municipaes directas, deduzida dos 20 por cento que actualmente se pagam.

Art. 6.º É igualmente autorizada a camara municipal para applicar aquella obra o rendimento do legado da antiga ponte de Avelas de Caminho, que era destinado para a sua conservação e reparo.

Art. 7.º Os vereadores e quaesquer outros funcionarios que effectuarem, approvarem ou auxiliarem o desvio das quantias mutuadas ou dos rendimentos e impostos que as garantem, para qualquer applicação alheia da que lhes é prescripta pela presente lei, incorrerão nas penas comminadas no artigo 54.º da lei de 26 de agosto de 1848.

Art. 8.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala da comissão, em 20 de abril de 1860.—*Alberto Antonio de Moraes Carvalho*—Barão das Lages—*Custodio de Faria Pereira da Cruz*—*João Rodrigues da Cunha Araújo Mascarenhas*—*Custodio Rebello de Carvalho*—*D. Rodrigo José de Menezes*—*Antonio Rodrigues Sampaio*—*Antonio Correia Caldeira*—*Antonio Maria do Couto Monteiro*.

Não havendo quem pedisse a palavra é posto a votos na sua generalidade, e aprovado.

A requerimento do sr. Cancellaria dispensa-se o regimento para se passar á especialidade.

Artigo 1.º—approvado sem discussão.

Artigo 2.º O sr. Cancellaria manda para a mesa uma emenda para que a conjunctiva e seja substituida pela de conjunctiva ou; porque houve evidentemente equivoco na redacção d'este artigo. A estrada ha de passar ou por S. Lourenço, ou por Ois do Bairro, e não pôde passar ao mesmo tempo por uma e outra parte.

A emenda é a seguinte:

Onde se diz—S. Lourenço do Bairro e Ois do Bairro—diga-se—S. Lourenço do Bairro ou Ois do Bairro.—*Cancellaria*.

E admittida.

O sr. Rebello de Carvalho:—declara que a comissão adoptou a proposta do governo tal como este a apresentou, e ali vinha o artigo 2.º redigido do mesmo modo como está no projecto; portanto, não podia a comissão adoptar a emenda proposta pelo sr. deputado, sem que o governo declare que a adopta.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—declara que accita a emenda, porque effectivamente houve equivoco na copia da proposta.

O sr. Rebello de Carvalho:—visto que o sr. ministro adopta a emenda, a comissão não terá duvida em a adoptar igualmente.

O artigo 2.º é approvado com a emenda proposta pelo sr. Cancellaria. E seguidamente são approvados sem discussão os mais artigos do projecto.

Passa-se á discussão do projecto n.º 32, que é o seguinte:

Senhores.—Tendo sido presente á comissão de administração publica a proposta do governo n.º 146-B, para ser autorizada a camara municipal de S. Thyro a contrahir um emprestimo de 3.000\$000 réis para a construção de uma cadeia n'aquella villa e reconstrução de uma calçada ao longo da rua de Sednay da mesma villa, que vae entroncar na estrada que d'aquelle ponto conduz á cidade do Porto, creando para amortisação do capital e pagamento dos juros do emprestimo, o imposto de 5 réis em arratel de carne que se venda para consumo do concelho; e considerando a comissão que, segundo consta dos documentos que acompanharam a proposta, a construção da cadeia foi arrematada e se acha em andamento, tendo a camara já applicado a essa obra no seu orçamento a quantia de 980\$000 réis, faltando-lhe para completar o preço ajustado a quantia de 1.870\$000 réis, e mais para a reconstrução da calçada a quantia de 1.130\$000 réis, o que tudo perfaz a somma de 3.000\$000 réis, que pretende levantar por meio de emprestimo; considerando mais que este negocio passará pelos tramites regulares: é de parecer, de accordo com o governo, que a proposta seja adoptada e convertida no seguinte

#### PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É autorizada a camara municipal do concelho de Santo Thyro, districto do Porto, para contrahir um emprestimo até á quantia de 3.000\$000 réis em metal, com o juro que não exceda a 6 por cento ao anno.

Art. 2.º O producto do emprestimo mencionado no artigo antecedente será exclusivamente applicado:

1.º À conclusão da construção da nova cadeia n'aquella villa;

2.º À reconstrução de uma calçada de pedra ao longo da rua Sednay, que vae entroncar na estrada nova que d'ali se prolonga até á cidade do Porto.

Art. 3.º O emprestimo deverà realizar-se por series ou prestações, á medida que as sommas forem necessarias para a despeza com as obras em andamento; podendo o mesmo emprestimo ser contrahido com differentes mutuantes, e até por acções que nunca seão inferiores a 50\$000 réis cada uma.

§ unico. A emissão de titulos de cada uma das series do emprestimo que for reclamada pela camara em conselho municipal ficará dependente da approvação especial do conselho de districto, com attenção á oportunidade e orçamento da obra projectada.

Art. 4.º As obras a que é destinada a somma do emprestimo poderà fazer-se por administração ou arrematação em hasta publica, no todo ou em parte, conforme for preferivel, segundo as regras e instrucções dadas para isso previamente pelo conselho de districto.

Art. 5.º Para segurança do emprestimo são geralmente hypothecados todos os bens e rendimentos da camara municipal. E para a amortisação do capital e pagamento de juros do dinheiro mutuado é em especial consignado o producto do imposto de 5 réis em arratel de carne para consumo do concelho.

Art. 6.º Os vereadores e quaesquer outros funcionarios que effectuarem, auxiliarem ou approvarem o desvio das quantias mutuadas, ou dos rendimentos e imposto que lhes servem de garantia para qualquer applicação diversa da que lhes é prescripta por esta lei, incorrerão nas penas estabelecidas no artigo 54.º da lei de 26 de agosto de 1848.

Art. 7.º Fica revogada toda a legislação em contrario.

Sala da comissão, 2 de maio de 1860.—*Alberto Antonio de Moraes Carvalho*—*Antonio Rodrigues Sampaio*—*Barão das Lages*—*D. Rodrigues José de Menezes*—*Custodio Rebello de Carvalho*—*Custodio de Faria Pereira da Cruz*—*Antonio Maria do Couto Monteiro*.

É approvado sem discussão na sua generalidade.

A requerimento do sr. Chamiço passa-se á especialidade.

São successivamente approvados sem discussão todos os artigos do projecto.

Entra em discussão o projecto n.º 39 que é o seguinte:

Senhores.—O decreto de 4 de novembro de 1852, corrigido e ampliando o artigo 3.º do decreto de 18 de agosto do mesmo anno, teve por fim determinar o direito que devem pagar os tecidos mistos de seda e outras materias primas. As disposições d'este decreto, que foram postas logo em execução nas differentes alfandegas do continente e dos Açores, deixaram de o ser na alfandega do Funchal, para a qual tem regulado até hoje uma pauta especial. Tornar pois extensivas aquella alfandega essas disposições é o pensamento do projecto de lei n.º 23-E, o qual a vossa comissão de pautas, de accordo com o governo, entende que deve ser approvado, não só porque d'este modo augmentará o rendimento d'aquella alfandega pela diminuição do contrabando a que dá causa o excessivo direito que actualmente pagam aquelles artigos, como igualmente porque assim se promove o



Balduino, Alves Martins, Lacerda (Antonio), Antonio de Carvalho, Antonio Eleuterio, Ferreira Pontes, Avila, Henriques Secco, Arribas, Couto Monteiro, Pequeto, Fonseca Osorio, Pinto de Albuquerque, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Rodrigues Sampaio, Vaz da Fonseca, Aristides, Palmeirim, Xavier da Silva, Bartholomeu dos Martyres, Belchior Garcez, Carlos Bento, Castro Ferrer, Cyrillo Machado, C. J. Nunes, conde da Torre, Custodio de Faria, Rebello de Carvalho, Cypriano da Costa, Pereira Forjaz, Faustino da Gama, Mousinho de Albuquerque, Filipe Brandão, F. Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Gavicho, F. Pinto Tavares, Rodrigues Batalha, Gaspar Pereira, Gaspar Teixeira, Carvalho de Abreu, Blanc (Hermenegildo), Palma, Jaciati da Silva Andrade, Mello e Minas, João José de Azevedo, Mello Soares, Almeida Pessanha, Rebello Cabral, Castro Portugal, Aragão, Calça e Pina, Coelho de Carvalho, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria Guimarães, Silva Cabral, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, Guilherme Pacheco, Alves Chaves, Feijó, Chiripiano da Fonseca, Alarcão, J. M. da Costa e Silva, Ponte e Horta, Mello Gouveia, Julio do Carvalho, Abom, Luiz Albano, Rebello da Silva, Camara Leme, Mendes de Vasconcellos, L. Pinto Tavares, Affonseca, Seixas Penetra, Azevedo Pinto, Mariano de Sousa Feio, Monteiro Castello Branco, Pedro Jacome, Placido de Abreu, Roberto Charters, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Nogueira Soares, Pinto da França, Simão Maria de Almeida, Thiago Horta, Ferrer, visconde de Portocarrero.

Projecto de lei para a construção de um caminho de ferro entre a cidade do Porto e a Regua, apresentado pelo sr. deputado Julio do Carvalho na sessão de 22 do corrente.

Senhores.—As vias ferreas, esse maravilhoso invento do ingenho humano, são um magico condão da felicidade das nações; ellas absorvem e annullam as distancias, economizam o tempo e os braços; e desactivando estes dois fecundos capitais, vão por meio da sua fertil acção levar, como de improviso, a prosperidade aos povos estupefactos e incredulos.

A agricultura, o commercio, a industria, tudo experimenta uma prodigiosa transformação pela possante iniciativa d'este irresistivel reformador, que remoeva e embelleza todos os paizes aonde toca, fazendo-lhes saborear os commodos e os regalos da civilização moderna.

Vós, srs., reconheceis esta verdade quando, apesar dos apuros do nosso thesouro publico, votastes desassombradamente os caminhos de ferro do sul, de leste e do norte. Os caminhos de ferro votados importam um grande encargo para o thesouro; mas esse encargo será, eu o espero, uma fecunda semente que lançamos á terra, da qual ha de colher o paiz os mais lisonjeiros resultados.

Os caminhos de ferro são hoje a primeira necessidade das nações mais pobres, e mais atrozadas: Portugal, que é uma d'ellas, precisa tê-las, e correr por elles, e correr muito para alcançar as que lhe vão na vanguarda, n'esta jornada da civilização, e para que os ricos productos do seu solo abençoado possam afrontar nos mercados consumidores os productos das nações que, por virtude de uma viação facil e barata, os vão apresentar lá por um preço insignificante, em relação ás fabulosas despesas que nós fazemos para a condução dos nossos.

Srs., o caminho de ferro do norte foi votado até ao Porto; mas é preciso que não pare no Porto, é mister, é indispensavel, que elle chegue até á Regua, até a esse foco da maior riqueza agricola de Portugal.

Um caminho de ferro do Porto para a Regua é a salvação do Douro, e ao mesmo tempo o engrandecimento e a ventura da provincia de Traz os Montes, de parte das Beiras, e de uma importante porção da provincia do Minho.

Eu, srs., reconheço que no vosso animo devem pesar muito os actuaes apuros do thesouro, os encargos com que de novo vae ser onerado, e a fama de pouco trabalho o terreno por onde tem de correr essa via; porém, quanto a este, elle não é realmente tão difficil como os rotineiros e os terroristas têm querido inculcar; e a importância d'aquelle caminho é de tal ordem, que vale a pena fazer grandes sacrificios para o obtermos.

Quanto á oportunidade para o levar a effeito, judiciosamente me apresentareis vós as difficuldades com que o governo se vae ver a braços, se eu vos pedisse que aquella necessidade publica fosse satisfeita desde já; mas não, srs., eu não peço isso: o que pertendo é dar áquella parte do paiz a certeza de que o despeso de tem havido por ella não ha de ser eterno, de que o caminho de ferro do Porto para a Regua ha de ser feito quando as circumstancias do thesouro o permittem, a fim de que ella possa mais resignadamente soffrer o mal presente, na esperança de um bem futuro.

Não venho hoje pedir-vos dinheiro, nem sacrificios; venho só pedir-vos que assegureis um esperangoso porvir ás provincias do norte, e para o conseguir tenho a honra de propor-vos o seguinte

#### PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º Será construido um caminho de ferro do Porto para a Regua.

Art. 2.º O governo, logo que tenha pessoal tecnico disponivel, mandará estudar este caminho pela margem direita do rio Douro.

Art. 3.º O governo, pesando devidamente as forças do thesouro, e os grandes resultados que o caminho de ferro do Porto para a Regua promette á prosperidade do paiz, procederá á sua construção quando e como o julgar opportuno.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrario.

Camara dos deputados, 11 de maio de 1860.—O deputado por Valle Passos, Julio do Carvalho Sousa Telles—José Maria Rojo—Affonso Botelho, deputado pelo Douro—Telles do Vasconcellos—João dos Reis Castro Portugal—Manuel Carlos de Azevedo Pinto—M. A. de C. Seixas Penetra—Antonio Joaquim Ferreira Pontes—F. D. Sá—A. Pinheiro da Fonseca Osorio—A. F. Pinto Carneiro—José Pedro Antonio Nogueira—Eduardo Pinto da Silva Cinha—Joachim Pinto de Magalhães—José Manuel Crispiniano da Fonseca.

## NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 23 do corrente, e de Paris até 21.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes

#### DESPACHOS TELEGRAPHICOS

Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Turim, 22 de maio.—Dizem as correspondencias de Palermo, em data do 20 do corrente, que o general Lansa tinha ali chegado na qualidade de commissario extraordinario; que na sua proclamação promette muitas reformas; que no dia 16 os revoltosos alcançaram uma victoria, e que, no dia 22, Garibaldi devia achar-se em Partenico, onde se lhe reunirão muitos voluntarios. As tropas reaes, entrincheiradas em Palermo, mantinham-se na defensiva.

Londres, 22.—Segundo diz o *Times*, a rebelião conserva-se triumphante em toda a Sicilia.

Vienna, 22.—A esquadra austriaca recebeu ordem para se limitar a cruzar nas costas napolitanas do Adriatico, porém sem passar o estreito de Messina.

Não ha concentração de forças russas no Pruth. Marselha, 22.—O duque de Grammont, embaixa-

dor do Franca em Roma, chegou a Paris, de passagem; uns dizem que com licença, outros que foi chamado a fim de receber instruções. O general Goyon recebeu contra-ordem, e as tropas francezas, em consequencia dos ultimos acontecimentos, continuaram a permanecer em Roma.

O bispo de Forli é perseguido por ter publicado o interdito contra os sacerdotes que foram a Bolonha a fim de cantarem um *Te Deum* em honra de Victor Manuel.

Os trabalhos do istmo de Suez vão receber grande impulso.

Berlin, 23.—A Inglaterra não prestou ainda o seu consentimento para a conferencia relativa ao Oriente.

Paris, 22.—Consta das correspondencias de Turim, que a camara aprovou o tratado de Zurich por 215 votos contra 16.

Falla-se de movimentos de tropas nos estados pontificios, em vista das tentativas de Garibaldi.

Berlin, 22.—A Inglaterra, a Austria, e sobretudo a Russia, parecem estar pouco dispostas a tomar parte em uma conferencia relativa á questão do Oriente. Sobre este assumpto continua a incerteza.

Constantinopla, 21.—O embaixador da França foi recebido pelo sultão em audiencia solemne. O discurso, que n'essa occasião pronunciou o diplomata francez, causou viva impressão no governo otomano, e influíu favoravelmente na bolsa.

Londres, 23.—Apesar da derrota que experimentou o ministerio na camara dos lords, os ministros actuaes continuaram no exercicio das suas funções.

Paris, 24.—O conselho d'estado rejeita todas as petições relativas á execução do tratado de commercio com a Inglaterra.

Londres, 24.—Muito brevemente terão lugar em Paris diferentes negociações commerciaes entre a França e outros estados.

Paris, 24.—Não se confirma ainda a entrada de Garibaldi em Palermo.

Napoles, 23.—Os rebeldes acampados em S. Martino, perto de Moureaux, foram no dia 20, por duas vezes, derrotados, desalojados das suas posições e perseguidos até Partenico, soffrendo perdas sensiveis.

Um chefe, Rosolito Pilo, morreu no combate. As alturas occupadas pelos revoltosos foram tomadas pelas tropas napolitanas, que continuam em perseguição dos revoltosos.

—Despachos dados pelo jornal *El Horizonte*.

Turim, 21 de maio.—A camara começou a discutir o tratado de Zurich. A commissão de deputados, encarregada de examinar o tratado de cessão de Niza e Saboya, nomeou para redigir o parecer o Marquez Bora.

Os deputados da Saboya, que até agora se têm conservado ausentes, resolveram tomar parte na discussão do tratado, a fim de sustentarem o principio da annexação.

Suppõe-se que, antes de ter lugar a discussão, se procederá á demarcação da fronteira. O forte de Lessillon será demolido.

Dizem as ultimas correspondencias de Palermo, que as tropas napolitanas abandonaram as provincias de Trapani e Palermo, e se retiraram em completa desordem, concentrando-se n'esta ultima cidade. Em seguida a esta retirada, a insurreição generalizou-se.

Tres mil revoltosos uniram-se ás tropas de Garibaldi, em Palermo; abriram-se fossos, para defeza da cidade.

Nas povoações havia grande enthusiasmo. De novo se afirma que Garibaldi está na Sicilia.

Paris, 21.—Reina a maior incerteza nas noticias da Sicilia, porque o governo só publica o que sabe oficialmente, e o publico está limitado ás noticias contradictorias que publica a *Correspondence Havas*.

## HESPAÑIA

Em Madrid recebeu-se no dia 22 do corrente o seguinte despacho telegraphico de Tetuán, transmitido pelo actual commandante em chefe do exercito de occupação:

«E meio dia, e agora mesmo chegou o commissario marroquino, que acompanha os soldados hespanhoes que foram feitos prisioneiros durante a campanha, em numero de dezesseis, incluindo Rocamora, que desertou. Diz o commissario, que foi já assignado pelo imperador o tratado de paz, que amanhã o receberá Muley-el-Abbas, e que, depois de amanhã, o mais tardar, o *jetib* será portador d'elle. O principe Muley-el-Abbas enviou-me uma communicação, que remetto pelo correio. N'uma segunda nota elle reclama os prisioneiros que possamos ter em nosso poder. Em Ceuta ha de estar seis, que ainda não chegaram. Em Ceuta ha dois, que reclama. Apenas chegue o tratado, envia-lo-hei para Madrid. (La Correspondencia de Espana.)

## NAPOLES

As noticias d'este reino, na parte relativa ao continente, são ainda menos claras do que as da ilha da Sicilia. No dia 15 do corrente reinava a maior agitação nos Abruzzos e na Calabria, onde eram já conhecidos os projectos de Garibaldi, porém não tinha ainda rebentado insurreição alguma. Toda a fronteira napolitana está guarnecida de tropas desde Fondi até Tagliacozzo, e um corpo de exercito que tinha o seu quartel general em Aquila concentrou-se nos Abruzzos. A costa, desde o golpho de Terracina até Naples, continuava sendo rigorosamente vigiada. Alguns voluntarios que se atreviam a desembarcar foram presos em Itri, e conduzidos para Gaeta.

As Calábrias assim como os Abruzzos estão fortemente guarnecidos; e a vigilância é de dia para dia mais energica, porque a policia de Pirro descobriu ultimamente um deposito de armas, e algumas correspondencias, das quaes se depreheende que Garibaldi pretende dirigir para esse ponto o seu principal ataque. A invasão d'esta parte do reino das Duas Sicilias teria consequencias incalculaveis. O governo napolitano tem empregado todos os meios ao seu alcance para reprimir a revolta; as costas são escrupulosamente vigiadas; e ainda ha bem poucos dias dois corpos de exercito foram estabelecer o seu quartel general, o primeiro em Cantajaro, e o segundo em Reggio, praça maritima situada no estreito de Messina.

N'uma palavra, se os revoltosos parecem por um lado não querer desistir da sua arriscada empreza, por outra parte, o exercito napolitano que, hoje em pé de guerra, conta um effectivo de 150.000 homens bem disciplinados, está decidido a empregar todas as medidas necessarias para repressão da revolta. (La Correspondencia de Espana.)

## RUSSIA

O jornal *Courrier du Dimanche* dá os seguintes promeiros relativos ás propostas do principe Gortschakoff, sobre a politica do governo otomano, em relação aos christãos:

«Foi no dia 4 do corrente que o principe Gortschakoff convocou os agentes diplomaticos das grandes potencias, e lhes leu uma nota relativa aos christãos do imperio otomano, pedindo-lhes que communicassem o conteúdo della aos seus respectivos governos.

«O principe Gortschakoff toma por ponto de partida das suas observações a solicitude tradicional da Russia pelos christãos do imperio otomano seus correligionarios. Recorda as estipulações do tratado de Paris, e apoia-se especialmente no decreto de

Abdul-Medjid, que annuncia reformas e melhoramentos a favor dos seus subditos christãos.

«O principe Gortschakoff sustenta que esse decreto não foi cumprido, sendo assim esquecidos os compromissos contrahidos pela Porta Ottomana, tanto com os seus subditos como com a Europa.

«O ministro russo, alludindo á situação das provincias, estabelece os infortunios e as vexações de que ellas são victimas; e cita em abono d'estas asserções muitos factos occorridos em diferentes pontos do imperio, e de que o principe Gortschakoff foi informado por intervenção dos agentes russos.

«Elle recorre pois ás potencias que assignaram o tratado de Paris, e supplica-lhes que tonem em consideração a causa das infelizes populações christãs; e indica, por agora, dois meios pelos quaes se póde alcançar um resultado favoravel; ou uma nota collectiva, dirigida pelas potencias ao sultão; ou uma nota de cada um d'ellas em separado, porém no mesmo sentido.» (La Presse.)

## NOTÍCIAS CIENTÍFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO IMPERIO DE PORTUGAL NA ESCOLA POLYTECHICA

MAIO-26	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	759,25	18,4	62,7	N.
3 t.	758,60	19,5	47,1	NNO.

DIA 25.	Maxima—temperatura	Minima—temperatura
	25,0 C.	14,2 "
	Ozone (de noite)	4,2 "
	(de dia)	4,5 "
	Chuva (udometro)	0,0 Mil.
	Evaporação (vapormetro)	12,4 "
	Altura barometrica correcta	12,4 "
	Altitude do barometro 36,1 metros.	
	Temperatura á sombra.	

## NOTÍCIAS COMMERCIAES

### MOVIMENTO MARITIMO

#### BARRA DE LISBOA

Dia 26 de maio

EMBARCAÇÕES ENTRADAS

Boa Lembrança, hiate portuguez, mestre L. J. Vianna, de Vianna em 2 dias, e de Peniche em 13 horas, com milho; 7 pessoas de tripulação, e 6 passageiros, que são: Gabriel Antonio Alves, marítimo; Francisco Liberato Dias da Silva Campos, empregado de fazenda; Antonio da Costa Lobo, servente; José Antonio Fernandes, aguadeiro; Francisco Antonio de Abreu, sem emprego; portugueses: C. Rosa, marítimo, francez.

Annunciação, rasca, mestre M. Joaquim, de Caminha em 3 dias, e de Peniche em 24 horas, com milho; 7 pessoas de tripulação, e 20 passageiros, que são: Joaquim Gonçalves P., Francisco Pereira, José Gonçalves A., Manuel Fernandes, Manuel Martins Cannas, Domingos Fernandes da Matta, Francisco Affonso, Manuel Affonso, João Barbosa, Narciso Fernandes, João Gonçalves, João Fernandes, lavradores; Antonio José de Barros, carregador; Francisco Antonio Vaz, ferreiro; Domingos Dias, Agostinho Gonçalves, Francisco dos Reis, Antonio Fernandes Venda, creados de servir; Manuel Fernandes, trabalhador; e uma praça de pret; portuguezes.

Santa Cruz, hiate portuguez, mestre J. C. Alcain, da Figueira em 2 dias, com madeira, papel e encomendas; 7 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Antonio Joaquim Mascarenhas, carpinteiro; José Quaresma, marítimo; portuguezes.

Algerie, paquete francez a vapor, capitão T. Thummin, de Anvers em 6 dias, com diferentes generos, a M. Walsh & Comp.; 31 pessoas de tripulação e 1 mala.

Restauração, cahique do arsenal, mestre J. A. Lopes, da costa da Vieira em 23 horas, com madeira; 8 praças de guarnição.

Dolva Maria, barca austriaca, capitão J. Dobrich, de Odessa em 120 dias, de Malta em 29, e de Gibraltar em 6, com trigo, a ordens; 14 pessoas de tripulação.

Due Sorelle, polaca sarda, capitão G. Viacarra, de Theodosia em 74 dias, de Constantinopla em 54, e de Messina em 33, com trigo, a ordens; 10 pessoas de tripulação.

Visconde d'Atoguia, paquete portuguez a vapor, capitão M. G. Xavier, da ilha da Madeira em 2 dias e meio, com encomendas a P. Olive & C.; 27 pessoas de tripulação, 3 malas e 42 passageiros.

Santa Maria, rasca, mestre J. dos Santos, da Figueira em 2 dias, com madeira, vinho e azeite; 10 pessoas de tripulação.

Gaditana, vapor hespanhol, capitão F. A. Miçarra, de Barcellona em 13 dias, de Valencia em 11, de Malaga em 8, e de Cadiz em 2, com vinho e mais generos, a ordens; 20 pessoas de tripulação e 4 passageiros, que são: José Maria Trecozo, trabalhador; José Maria de Castro, marítimo; e uma praça de pret; hespanhoes: R. Hamstron, sem emprego; inglez. Destina-se para Vigo e vem arribado com avaria na machina. É da força de 85 cavallos.

Camões, hiate portuguez, mestre A. Cesario, de Villa Nova de Milfontes em 3 dias, com cepa; 6 pessoas de tripulação.

Flor de Aveiro, rasca, mestre A. J. Diniz, de Aveiro em 2 dias, com madeira e feijão; 8 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: Manuel Fernandes Teixeira, João de Oliveira Batatel, marítimos; portuguezes.

Sophie Theodorine, barca belga, capitão J. Hornbostet, para Ostende, com sal e vinho; 12 pessoas de tripulação.

Villa Nova de Portimão, cahique portuguez, mestre J. S. Marques, para Villa Nova de Portimão, com milho; 10 pessoas de tripulação.

Santo Antonio e Almas, cahique portuguez, mestre M. Pedro, para Tavira, com trigo, farinha e vasilhame: 9 pessoas de tripulação, e 1 passageiro, que é: Manuel de Abreu Madeira, major reformado.

Nicholes Wood, vapor inglez, capitão J. Warn, para Londres, com enxofre, lã e mais generos; 22 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 26 de maio de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

### TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL EM 26 DE MAIO DE 1860 Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 24

Entradas—Portuguezes, brigue *Travador*, da Bahia, por Vigo em 1 dia; hiates, *Dois Amigos*, em 4 dias; *Sociedade do Mondego*; rasca *Nova Sociedade*, em 3 dias; bateira *Adelaide*, em 5 dias; todos quatro da Figueira.

Saídas—Portuguezes, vapor de guerra *Lynee*, a cruzar; rasca *Senhora do Pilar*, para a Figueira;

cahique *Senhor do Bom Fim*, para Cezimbra; escuna *ingleza Mail*, para Stockholm; um hiate hespanhol navegou para o norte.

Fora da barra ficou um hiate portuguez. O mar está bom.—O vento esteve NO., agora N., regulares.

De Villa do Conde, do dia 23

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiates portuguezes, *Oliveira Brilhante*, *Nova Viagante*, e *Sem Segundo*, todos tres para Setúbal.

Mar bom.—Vento N.

De Caminha, do dia 24

Entrou a rasca *Favorita*, da Figueira.

Mar bom.—Vento NNO.

Da Figueira, do dia 24

Entrou o palhote portuguez *Nympha*, do Porto, com varios generos.

Saídas—Hiates portuguezes, *S. João Baptista*, para Villa do Conde, com pedra; *Antunes 1.º*, para o Porto; e *Santa Cruz*, para Lisboa; com varios generos.

Mar bom.—Vento variavel.

De Aveiro, do dia 24

Saídas—Hiates portuguezes, *Herminio*, e *Lealdade*, ambos para Swansea, com fructa e mineral. Mar agitado.—Vento N. fresco.

Da Ericeira, do dia 24

Entrou a rasca *Amisade*, para a Figueira, com madeira.

Saíram a rasca *Amisade*, para a Figueira, com madeira. Mar bom.—Vento N.

De Setúbal, do dia 24

Entradas—Hiates portuguezes, *Esperança*, e *Boa Sorte*, ambos de Lisboa, com varios generos; *Primavera*, do Porto, com varios generos; e *Dois Amigos*, de Lisboa, em lastro; brigue sueco *Torlades*, de Gibraltar, em lastro; bateira portugueza *Flor dos Santos*, de Lisboa, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.—Vento NO.

De Tavira, do dia 24

Entradas—Portuguezes, bote *Santo Antonio* e *Almas*, da ilha Christina, com atum fresco; hiate *Oliveira*, de Olhão em 1 dia, com trigo e encomendas.

Bom tempo.—Vento SO. variavel.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 24

Entrou a escuna *ingleza Trolie*, de Gibraltar em 2 dias, em lastro.

Não saiu nem se avista embarcação alguma.

Mar está bom.—Vento variavel.

De Faro, do dia 24

Entradas—Portuguezes, boteira *Joven Amelia*, da Figueira, com cortiça, taboado e louça; cahiques, *Nova Brilhante*, de Vigo, com milho; *Ausente* *Corpo de Deus*, da Figueira, com fazendas e madeira; e *Santo Antonio* e *Almas*, de Gibraltar, em lastro.

Saíram o vapor portuguez *D. Luiz*, para Lisboa e mais portos de sua escala.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 25 de maio de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

### FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 26 de maio—3 por cento consolidado a 48—3 dito differido a 38,15.

Bolsa de Paris, em 26 de maio—3 por cento francez a 69,30—4½ dito a 96.

Bolsa de Londres, em 26 de maio—Consolidados de 95¼ a 95¼.

## AVISOS

### ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

Na quinta-feira 31 do corrente continua n'esta alfandega o leilão de fazendas já descriptas nos anteriores annuncios, e haverá mais—muitas armazéns de chapens de lã pequenas, fitas de seda largas e estreitas, varejo, frocos, rendas de França, passamaneria de seda, botões de vidro, lã e seda, seda para vestidos, em cortes e em peças, chales de cachemira, cabeções de veludo, cocos e diversas taras varias.

ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

O pagamento das pensões do mez de março ultimo terá lugar nos dias 1 e 2 de junho proximo, continuando todos os sabbados seguintes.

Escritorio da associação, 23 de maio de 1860.—O vogal secretario, A. A. de Oliveira.

### MONTE PIO GERAL

O ex.º sr. conselheiro, presidente da assembleia geral, convida a mesma a reunir-se na quarta-feira 30 do corrente, pelas oito horas da noite, a fim de se continuar a discutir o projecto de reforma dos estatutos.

Sala das sessões, 23 de maio de 1860.—O 2.º secretario da mesa, Antonio Joaquim de Almeida.

### CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

A mesa da assembleia geral participa a todos os associados que se acham patentes nas salas do Centro, até á proxima sessão, o parecer da commissão revisora de contas, assim como todos os documentos que lhe servem de base, que poderão ser examinados todas as noites, das oito ás dez horas.—O secretario, A. A. da Silva Lobo.

### MONTE PIO DA CORPORAÇÃO DOS ALFAYATES

É convocada a assembleia geral para o dia 28 do corrente, pelas oito e meia horas da tarde, para eleição de um secretario, um membro para a commissão administrativa, e para resolver sobre a questão apresentada pelo socio n.º 249.—O secretario, Custodio Ferreira Mendes.

## PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

### COLLECCÃO DE MANUAES

Manual do cidadão.—Demonstrando